



Relatório e Contas

2016

Allianz Portugal

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Seguros de A a Z.

Allianz 

A Allianz Portugal posiciona-se no mercado nacional de forma distinta e inovadora. Através de uma aposta não só no desenvolvimento de soluções de acordo com as necessidades dos seus clientes, mas também na expansão da sua rede de distribuição. Por outro lado, procura estar cada vez mais perto dos consumidores e, principalmente, na constante melhoria da prestação de um Serviço de excelência.

Com a abertura de novos escritórios comerciais, e mais recentemente com a chegada aos Açores, estamos ainda mais perto dos nossos mediadores, que são actualmente mais de 6000 por todo o país e, através destes, mais perto dos nossos Clientes.

Apresentamos soluções e serviços diferenciadores com o nosso portfólio de soluções Vida e Não Vida, reforçados pelo know-how de um grupo sólido e sustentável, com mais de 125 anos de experiência como o Grupo Allianz. Apoiamos o desporto e a cultura, com a nossa associação ao Running, Surf, Golfe, Futebol, Cinema, Música, entre outros. Desempenhamos um papel relevante na economia e na sociedade portuguesa. Somos uma seguradora com enfoque no futuro e nos nossos Clientes.

Em 2016 fomos reconhecidos pela revista World Finance como a “Melhor Seguradora Generalista” em Portugal, pelo segundo consecutivo. E, já em 2017, fomos distinguidos como empresa com maior índice reputacional, na área de seguros, pela OnStrategy.

€ 698,3^{*} ME

Prémios brutos emitidos

44

Escritórios comerciais

€ 10,109 ME

Resultado líquido

5 731

Agentes

6,5%^{*}

Quota de mercado

938 963

Clientes

* Inclui Vida, Não Vida e contratos de investimento.

611

Colaboradores

Índice

Órgãos Sociais

- 1 Corpos Sociais no exercício de 2016

Assembleia Geral Anual

- 2 Convocatória

Relatório de Gestão

- 4 Enquadramento Macro-Económico
- 5 Mercado Português - Seguros e Fundos de Pensões
- 6 Enquadramento Institucional
- 6 Análise das Empresas Consolidadas
- 6 Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.
- 7 Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.
- 7 Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização
- 8 Resultados Consolidados
- 9 Perspetivas para 2017
- 10 Conclusão

Balanço e Contas de Ganhos e Perdas

- 13 Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015
- 13 Ativo
- 14 Passivo
- 15 Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
- 16 Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
- 17 Demonstrações das Variações do Capital Próprio Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
- 18 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 20 Informações Gerais
- 20 Informação por Segmentos
- 22 Bases de Preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas
- 32 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro
- 40 Passivos por contratos de investimento
- 40 Instrumentos Financeiros

- 46 Interesses que não controlam
- 46 Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem
- 46 Terrenos e Edifícios
- 47 Outros ativos fixos tangíveis
- 48 Afetação dos investimentos e outros ativos
- 48 Ativos Intangíveis
- 49 Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo
- 50 Prémios de contratos de seguro
- 51 Comissões e outros proveitos
- 52 Rendimentos/Rédito de investimentos
- 52 Ganhos e perdas realizadas em investimentos
- 53 Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos
- 53 Ganhos e perdas em diferenças de câmbio
- 54 Gastos diversos por função e natureza
- 55 Gastos com pessoal
- 56 Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego
- 59 Imposto sobre rendimento
- 61 Capital
- 61 Reservas
- 62 Resultados por ação
- 62 Dividendos
- 63 Transações entre partes relacionadas
- 64 Compromissos Financeiros
- 64 Elementos Extrapatrimoniais
- 64 Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores
- 64 Outras informações
- 66 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas
- 72 Gestão de Riscos na Allianz Portugal

Títulos e Participações

- 84 Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Parecer do Conselho Fiscal

- 93 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeira consolidadas referentes ao exercício de 2015

Certificação

- 95 Certificação Legal das Contas Consolidadas

Órgãos Sociais

Corpos Sociais da Allianz Portugal no Exercício de 2016

Conselho de Administração

Vicente Tardio Barutel
Presidente

Teresa Margarida Tudela Mira Godinho
Administradora-Delegada

Helga Jung

Administradora

Ivan José de La Sota Duñabeitia

Administrador

José Pena do Amaral

Administrador

António Domingues - até 30.05.2016 - substituído por Pedro

Barreto

Administrador

António Alberto Retto Frias Couto Leitão

Administrador

Conselho Fiscal

José Vaz Serra de Moura
Presidente

Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim

Vogal

Isaque Marcos Lameiras Ramos

Vogal

Miguel Moura Elias

Membro suplente

Revisor Oficial de Contas

Kpmg & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas S.A., representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes
Revisor Oficial de Contas

Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente

Mesa da Assembleia-geral

João Vaz Serra de Moura
Presidente

Luís Carlos Melo Antunes Ferreira
Secretário

Assembleia Geral Anual

Convocatória

São convocados os Accionistas da Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de € 39.545.400, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 500.069.514, para reunir em Assembleia Geral Anual, na Rua Andrade Corvo, n.º 32, no próximo dia 27 de Março de 2017, pelas 11:30 horas, com a seguinte Ordem dos Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas da Sociedade, tudo relativo ao Exercício de 2016, bem como sobre o respectivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
2. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2016, bem como sobre o respectivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
3. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
4. Proposta de Nomeação de Novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
5. Ratificar a nomeação por cooptação, de um Membro do Conselho de Administração;
6. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

Ficam à disposição dos Senhores Accionistas, a partir do 15º dia anterior à data da Assembleia, os elementos de informação previstos no artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais.

Podem participar na Assembleia todos os Accionistas possuidores de pelo menos 100 acções, que até dez dias antes da data designada para a Assembleia as tenham registadas em seu nome, ou depositadas quer na sede da Companhia, quer em Instituição de crédito. Cada 100 acções dão direito a um voto.

Os Accionistas podem fazer-se representar por outro Accionista ou pelo cônjuge, ascendente ou descendente, ou por um membro do Conselho de Administração.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL
DR. JOSÉ VAZ SERRA DE MOURA



Relatório de Gestão
Companhia de Seguros Allianz Portugal

Relatório Consolidado do Conselho de Administração

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2016.

O perímetro de integração abrange as seguintes empresas:

- Empresa-mãe: Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
- Empresa incluída: Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A inclusão é feita pelo método de integração global.

1. Enquadramento Macro-Económico

Em 2016 a evolução da economia global desiluiu mais uma vez, dando continuidade a um período demasiado longo de fraco crescimento económico que se arrasta desde a crise financeira mundial de 2007/2008. O ano terminou no entanto com indicadores positivos nas economias mais desenvolvidas nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, impulsionadas pelas políticas monetárias dos bancos centrais.

2016 foi um ano em que ocorreram eventos inesperados, cujo impacto no crescimento e nos mercados financeiros mundiais, não foi tão negativo como inicialmente se tinha antecipado. Em Junho o Reino Unido votou a favor de abandonar a União Europeia num processo conhecido como Brexit. Este resultado teve contudo consequências menos negativas que o esperado dado, efetivamente, o Brexit ainda não ter acontecido.

Para além dos resultados do Brexit, a Europa enfrentou outros desafios durante o ano: ataques terroristas, fluxo de refugiados, o referendo em Itália e por último o referendo na Áustria.

Ao longo do ano a economia na Zona Euro acabou por crescer a um ritmo mais forte que o estimado, impulsionada por fatores positivos, nomeadamente os baixos preços do petróleo e a aplicação por parte dos bancos Centrais e dos governos de políticas monetárias e fiscais mais favoráveis ao crescimento.

Nos EUA o crescimento económico ficou abaixo das expectativas apesar da recuperação verificada no final do ano, este desempenho ficou a dever-se à desaceleração do investimento, condicionado pelo o impacto da baixa dos preços do petróleo nas empresas do setor energético. A maior economia mundial foi igualmente afetada por várias incertezas políticas e financeiras que criaram instabilidade nos mercados, a situação da China, o Brexit e as eleições presidenciais.

As principais economias dos mercados emergentes tiveram evoluções negativas, principalmente devido à baixa dos preços do petróleo, à queda do preço das matérias-primas, e em particular a menor dinâmica da economia da China. O conjunto dos países emergentes continuou assim a contribuir para o abrandamento do crescimento global, uma vez que o seu ritmo de expansão nos anos mais recentes tem diminuído significativamente quando comparado com as taxas de crescimento atingidas nos anos anteriores à crise financeira.

Em Portugal o ano ficou marcado por uma ligeira redução das políticas de austeridade, no entanto o cumprimento da meta do deficit público e a resolução dos problemas do sector bancário continuaram a ser os principais temas, num ano marcado por um novo governo resultante das eleições legislativas de finais de 2015 e pela realização de eleições presidenciais.

A economia portuguesa acelerou em termos reais no quarto trimestre, crescendo 1,9% face a igual período do ano anterior, este registo faz com que o final do ano de 2016 seja juntamente com o verificado em 2013, o mais forte desde 2008. No total do ano a expansão da economia foi de 1,4%, valor que fica duas décimas abaixo do registado em 2015.

Depois de um princípio do ano em que o crescimento ficou muito aquém das expectativas, a economia portuguesa conseguiu, com base num aumento do consumo privado e mantendo resultados positivos ao nível das exportações, obter no terceiro e quarto trimestres do

ano taxas de crescimento superiores (0,8% e 0,6% respetivamente) às da média da zona euro, superando a generalidade das previsões dos analistas e do próprio governo.

A economia da Zona Euro cresceu 1,7% no quarto trimestre de 2016, face ao período homólogo, e 0,4% comparativamente com o trimestre anterior, a Espanha foi o país que mais acelerou, com um crescimento real homólogo de 3% no último trimestre do ano.

A maior economia da moeda única, a Alemanha cresceu 1,8%, ligeiramente abaixo de Portugal, enquanto a França e a Itália, ficaram-se pelos 1,1%.

Nos EUA verificou-se uma evolução positiva da economia no último trimestre do ano de 0,5%, comparativamente ao trimestre anterior e de 1,9% relativamente a igual período de 2015.

No final de 2016 a taxa de desemprego baixou face ao ano anterior, tendo-se situado nos 10,2% (12,2% em 2015), 0,6p.p acima da taxa da zona euro, que foi de 9,6% (10,5% em 2015). As taxas de desemprego na Zona Euro foram as mais baixas desde Maio de 2009, Portugal acompanhou a tendência europeia e ficou entre os três países onde a taxa mais diminuiu no final do ano.

A taxa de inflação anual situou-se nos 0,9%, mais 0,6p.p que no ano anterior, e ligeiramente abaixo da taxa da zona Euro de 1,1%.

2. Mercado Português - Seguros e Fundos de Pensões

O volume de prémios do sector segurador teve uma quebra de (-14,1%) face ao ano anterior, trata-se do segundo ano consecutivo em que se verifica uma redução da produção, no ano de 2015 a mesma foi de (-11,4%).

A produção total do sector foi de 10,9 mil milhões de euros, representando cerca de 6,0% do PIB português. Face ao ano anterior verificou-se uma diminuição de 1,8 mil milhões de euros no total da produção, e um decréscimo do peso desta no total do PIB de (-1,1p.p.).

A principal razão para a evolução negativa do crescimento do mercado é explicada pelo ramo Vida, que teve um decréscimo de (-23%) face ao período homólogo. Esta descida ficou a dever-se à redução das contribuições para seguros de poupança, produtos que foram mais atingidos pela descida continuada das taxas de juro de longo prazo e das taxas de poupança dos particulares.

Para a quebra verificada no segmento Vida a principal contribuição foi dos produtos não ligados a fundos de investimentos que sofreram uma quebra de (-27,4%). Dentro desta categoria os produtos de risco tiveram uma evolução positiva de 1,3%.

No caso dos PPR registou-se uma redução na produção de (-9,5%), no entanto no caso dos PPR ligados a fundos de investimento verificou-se um crescimento comparativamente ao ano anterior.

Nos ramos Não Vida registou-se uma evolução muito positiva de 5,0%, dando seguimento a uma trajetória ascendente no último triénio, e em particular ao ano anterior onde o mercado já tinha crescido 3,8%.

No caso negócio Não Vida, verificou-se um aumento do volume de prémios na quase totalidade dos ramos. As linhas de negócio com crescimentos mais significativos foram, os Acidentes de Trabalho com 12,2%, Saúde com 9,6%, Automóvel com 3,9%, e Multiriscos Industrial com 4,1%. Os ramos de Multiriscos Habitação com 3% e Responsabilidade Civil com 2,3%, tiveram crescimentos menos expressivos, sendo que as únicas quebras verificaram-se nos ramos de Transportes, nomeadamente em Marítimo e Transportes (-2,3%), Mercadorias Transportadas (-4,3%) e Aéreo (-10,9%).

Os ramos de Acidentes de Trabalho e Saúde a exemplo do ano anterior continuaram a ser os principais impulsionadores do crescimento da produção Não Vida. No primeiro caso o aumento da produção traduz a evolução positiva da atividade económica e o efeito das correções tarifárias. No segundo caso, trata-se de um ramo que tem tido uma tendência sempre ascendente nos últimos anos, e em que o aumento do volume de prémios se fica a dever ao aumento do universo das pessoas seguras.

O ramo automóvel teve um crescimento significativo, explicado fundamentalmente pelo aumento do número de veículos seguros. O acréscimo do volume de prémios foi principalmente incrementado pela cobertura de danos próprios 6,8%, mas também em responsabilidade civil se verificou um aumento de 2,5% situação que já não se verificava há alguns anos.

Relativamente à estrutura do mercado segurador há a referir que se registaram duas fusões, o Grupo Apollo adquiriu e capitalizou a seguradora Açoreana, sendo o mesmo agora denominado de Seguradoras Unidas, e a seguradora belga Ageas (que já controlava a Ocidental e a Médis) adquiriu a Axa Portugal dando origem à Ageas Seguros.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de Dezembro de 2016 o valor sob gestão ascendia a 18 389 milhões de euros,

representando um acréscimo de 1,2% em relação ao final de 2015.

O mercado dos Fundos de Pensões continua a ser dominado por cinco entidades que em conjunto representam 80% do total dos valores geridos..

3. Enquadramento Institucional

Durante o ano de 2016 foram introduzidas algumas iniciativas legislativas mais relevantes, nomeadamente:

- Lei 7-A/2016 de 30 de Março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016;
- Lei 7-B/2016 de 30 de Março, que aprovou as Grandes Operações do Plano para 2016;
- Leis 8 e 28/2016 de 1 de Abril e 23 de Agosto, que alteraram o Código do Trabalho;
- Lei 13/2016 de 23 de maio, que alterou o Código de Procedimento e Processo Tributário;
- Lei 15/2016 de 17 de Junho, que reforça a proteção dos consumidores nos serviços de comunicações eletrónicas;
- Lei 41/2016 de 28 de Dezembro, que aprovou as Grandes Opções do Plano para 2017;
- Lei 42/2016 de 28 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017;
- Decreto-Lei 41/2016 de 1 de Agosto, que altera o Código do IRS, do IRC e do IVA;
- Decreto-Lei 64/2016 de 11 de Outubro, que aprovou o regime da troca automática de informações obrigatórias no âmbito da fiscalidade;

Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões:

- Norma nº 3/2016 – R, de 12 de Maio, que aprovou os elementos e informações que devem acompanhar as comunicações prévias de projetos de aquisição e de aumento ou diminuição de participações qualificadas na atividade seguradora;
- Norma 5/2016-R de 12 de Maio, que aprovou o regime da certificação da informação de abertura para efeitos de supervisão;
- Norma 8/2016-R, de 29 de Agosto, que regula a prestação de informação das seguradoras à Autoridade de Supervisão.
- Cartas-circulares nº 1, 3 e 4/2015, de 14 de Abril, 26 de Agosto e 16 de Novembro: que divulgaram novas regras referentes à prevenção do Branqueamento de Capitais;

4. Análise das Empresas Consolidadas

4.1 Companhia de Seguros Allianz Portugal S. A.

O resultado líquido do exercício de 2016 é de Euros 10.083.695, inferior em 60,5% ao verificado em 2015, consequência do agravamento da sinistralidade ocorrida no negócio Não Vida e do reconhecimento de uma imparidade relativa a obrigações da Portugal Telecom (OI).

O volume de prémios total (incluindo os contratos de investimento classificados como instrumentos financeiros), teve uma evolução muito positiva, tendo-se verificado um crescimento de 12,2% face ao ano anterior. O aumento do volume dos prémios da Companhia superou claramente os valores do mercado que teve um decréscimo de (-14,1%), decorrente da desaceleração verificada na produção do ramo Vida.

O acréscimo do volume de prémios da Companhia distribuiu-se pelos segmentos de negócio da seguinte forma: um aumento de 14,4% em Vida e de 10,3% em Não Vida. Em ambas as linhas de negócio o crescimento ficou acima do mercado, que teve uma quebra de (-23%) no segmento de Vida e uma evolução positiva de 5% no segmento Não Vida.

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 3,2% em comparação com 2015. Assim, no final do ano o número de apólices chegou aos 1.743.499. O acréscimo em Não Vida foi de 3,1% e em Vida de 2,9%.

O número de clientes registou um aumento de 3,0% face ao ano anterior, atingindo os 938.963 no final de 2016.

A evolução do número de agentes ativos foi igualmente muito positiva, tendo-se registado um crescimento de 7,7%, chegando aos 5.731 no final do ano.

Os resultados financeiros diminuiram (-3,1%) em comparação com o ano anterior, como consequência do decréscimo verificado ao nível dos rendimentos financeiros (-14,6%) que foram afetados pela redução das taxas de juro.

A cobertura das provisões técnicas diminuiu 6,1p.p., tendo contribuído para esta situação a instabilidade verificada nos mercados financeiros.

Os Capitais Próprios totalizam o montante de Euros 184.509.142, apresentando uma redução de Euros (29.042.136) face ao ano passado, decorrente de, diminuição das Reservas de Reavaliação e por Impostos Diferidos e Correntes, dos pagamentos de dividendos realizados no ano de 2016 e da diminuição dos resultados líquidos.

Ao nível do rácio de cobertura do SCR (Solvency Capital Requirement), o rácio atingiu no final do ano o valor de 126,62%, considerando já a distribuição de dividendos relativa ao exercício 2016, reafirmando assim a sua solidez e foco na proteção do capital. Em 2015 este rácio apresentava um valor de 150,85%. Esta diminuição de (- 24%) no rácio é resultado da combinação de dois efeitos, uma diminuição dos fundos próprios e um aumento do requisito de capital de solvência.

4.2 Allianz – Sociedade Gestora De Fundos De Pensões, S.A.

Apurou-se neste exercício um resultado líquido positivo de 25.496 euros contra 49.917 euros negativo no ano anterior, o que representa um acréscimo face ao ano homólogo de 75.413 euros.

A evolução favorável do resultado obtido, face a 2015, é reflexo do aumento das comissões de gestão cobradas e da redução da provisão para outros riscos e encargos constituída em 2015.

Relativamente à prestação de serviços, registou-se um acréscimo de 13,07%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, passando de 162.325 euros para 183.539 euros.

O Resultado Operacional passou de 68.324 euros negativo para 14.584 euros positivo, o que traduz um acréscimo de 82.908 euros. O Capital Próprio ascende a 1.029.475 euros, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro 2016, a Margem de Solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 128,68%.

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2016 no valor dos fundos geridos verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, passando de 26.172.305 euros para 23.705.427 euros, o número de fundos sob gestão mantém-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 2,64%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

5. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente ao Conselho de Administração, apenas é remunerado o Administrador- Delegado, sendo essa remuneração definida pela Comissão de Remunerações da Sociedade.

A remuneração é fixada tendo em conta a necessidade da mesma ser competitiva face à atividade da Sociedade e ao mercado onde esta se encontra inserida, sempre com o objetivo de atrair os melhores valores e de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais da mais elevada qualidade.

A remuneração é composta de uma remuneração fixa e uma remuneração variável. A remuneração variável é definida tendo em conta um conjunto de objetivos que são previamente fixados no início do período em avaliação. Esses objetivos dividem-se em objetivos financeiros da própria sociedade e objetivos individuais do administrador, que se encontram naturalmente alinhados uns

com os outros. No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2015 o valor máximo a pagar poderia atingir os 150% da remuneração fixa.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema de remuneração variável que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da sociedade, pelo que caso o desempenho da sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou mesmo anulação.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

Os valores pagos no ano de 2016 aos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Conselho de Administração

	2016
Teresa Margarida Tudela Mira Godinho	951.580,00 €
Ivan José de la Sota Duñabeitia	0,00 €
Vicente Tardio Barutel	0,00 €
Helga Jung	0,00 €
Pedro Barreto	0,00 €
José Pena do Amaral	0,00 €
António Alberto Retto Frias Couto Leitão	0,00 €

Conselho Fiscal

	2016
José Vaz Serra de Moura	7.380,00 €
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	6.150,00 €
Isaque Marcos Lameiras Ramos	6.150,00 €

Revisor Oficial de Contas

	2016
KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	238.620,00 €

Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

	2016
Conselho de Administração	0,00 €
Conselho Fiscal	1.895,32 €
Revisor Oficial de Contas	14.022,00 €

6. Resultados Consolidados

O resultado líquido consolidado do exercício de 2016 atribuível aos acionistas é de Euros 10.106.283, inferior em cerca de 60,3% ao registado em 2015 de Euros 25.491.933. Esta evolução negativa, deveu-se ao agravamento da sinistralidade ocorrida no negócio Não Vida e ao reconhecimento de uma imparidade relativa a obrigações da Portugal Telecom (OI).

7. Perspetivas para 2017

7.1 Evolução Macro-Económica

As estimativas apontam para que 2017 seja um ano de maior crescimento da economia global, mas com muitas incertezas face ao elevado número de fatores de risco políticos que se colocam, com repercussões a vários níveis, nomeadamente económicos, financeiros e sociais.

O crescimento deverá ser alavancado pelas economias mais desenvolvidas, mas igualmente por um maior contributo das economias emergentes, face ao regresso de alguns indicadores que favorecem estes países como sejam o aumento do preço das matérias-primas, do petróleo, das taxas de juro e a subida da inflação.

Como atrás referido em 2017 existem diversos fatores de risco que poderão ter consequências inesperadas na evolução da economia global, das quais se destacam, as consequências do processo do Brexit, as eleições na Holanda, França e Alemanha, a fragilidade do setor bancário na Europa e as políticas da nova administração dos EUA.

Na Zona Euro, a recuperação económica deverá manter-se ainda que a ritmo baixo, sendo que alguns dos fatores que impulsionaram estas economias em 2016, irão alterar-se principalmente os preços do petróleo. Por outro lado existem alguns entraves ao crescimento nalguns Estados-Membros com maiores endividamentos ao nível dos setores público e privado, níveis de desemprego elevados e problemas de capitalização nos bancos.

O desenvolvimento do processo do Brexit poderá ter um impacto negativo na Europa, se este trouxer perturbações políticas e contagiar outros países europeus.

Nos EUA, apesar de existir ainda muito incerteza relativamente aos planos da nova administração do país, as estimativas apontam para um cenário de maior crescimento, caso se concretizem as promessas eleitorais de corte de impostos para a classe média, aumento do investimento em novas infraestruturas internas e políticas de proteção às empresas (menor regulação e impostos mais baixos). Por outro lado as políticas mais protecionistas que o novo presidente dos EUA pretende implementar, poderão ter um impacto negativo na evolução da economia do país, uma vez que estas medidas poderão ser retaliadas por parte dos países atingidos pelas mesmas.

As perspetivas para as economias dos mercados emergentes são mais positivas do que em 2016, principalmente para aquelas que são exportadoras de commodities caso se mantenha a tendência de inversão da queda dos preços destes ativos. Os principais riscos que se colocam a estes países são diversos face à sua heterogeneidade, mas a nível global a continuação da desaceleração da atividade económica na China, a fragilidade da economia brasileira e as políticas monetárias e protecionistas dos EUA são os fatores que terão maior peso.

As perspetivas de crescimento para a economia portuguesa são moderadas, e têm por base, o aumento do investimento, a redução do desemprego, a ligeira subida da inflação, o novo programa de fundos europeus e a continuação do bom desempenho das exportações tendo em conta as expectativas de crescimento da economia global e de estabilização das economias emergentes sobretudo Angola e o Brasil. Os fatores de risco que mais poderão afetar a economia portuguesa são a possível redução dos estímulos do BCE em termos de compras da dívida pública, os resultados das diversas eleições que se vão realizar na Europa e o impacto do previsível aumento dos preços do petróleo nos custos com as importações.

8. Conclusão

O ano de 2016 foi mais um ano de grande sucesso de vendas na Allianz Portugal, superando largamente os objetivos estabelecidos, crescendo 12,2% (Não Vida:+10,3%; Vida: +14,4%).

Com o empenho de todos e dos nossos parceiros, foi possível, atingirmos quase 700 milhões de euros em produção (698,3 milhões de euros).

No seguimento dos últimos anos a Allianz Portugal superou o crescimento do mercado em ambos os segmentos de negócio Vida e Não Vida. O crescimento do volume de prémios permitiu que em 2016 a Allianz Portugal subisse mais uma posição no ranking Vida, sendo agora a quinta Companhia a operar no Mercado Português neste segmento de negócio.

Os resultados da Companhia foram inferiores ao nível registado em anos anteriores devido ao agravamento da sinistralidade e à instabilidade dos mercados financeiros. Em 2016 ocorreram os sinistros de maior valor da história da Allianz Portugal.

A Allianz Portugal viu reforçada a sua posição de solidez no mercado nacional apresentando um rácio de cobertura do SCR de 126,67% sem a aplicação das medidas transitórias das provisões técnicas e do ajustamento de volatilidade em contraciclo com o mercado segurador português cujo rácio de cobertura do SCR sem as medidas de longo prazo mencionadas anteriormente se situa abaixo dos 100% de acordo com os resultados do último exercício de stress test realizado pela Entidade de Supervisão Europeia (EIOPA).

A exemplo de anos anteriores reforçamos a nossa força de vendas através da abertura de cinco novos escritórios comerciais, e da criação de uma nova Direção de Unidade Negócio (Grande Lisboa) e aumentamos mais uma vez a nossa rede de mediadores ativos.

De forma a permitir estar em permanente contacto com os nossos clientes e parceiros de negócio e com o objetivo de proporcionar-lhes os melhores serviços a Allianz Portugal continuou a desenvolver o seu projeto de transformação digital, sendo que no início de 2017 já foram lançados os primeiros produtos digitais Allianz Vida Segura e Allianz Casa, bem como a nova plataforma para os nossos intermediários, o novo AllianzNet Plus.

Pelo segundo ano consecutivo fomos reconhecidos pela World Finance como a melhor seguradora global a operar em Portugal.

Relativamente ao envolvimento dos trabalhadores gostaríamos de salientar que foi realizado um Inquérito Global de Clima Organizacional, comum a todo o Grupo Allianz, sendo que a Allianz Portugal conseguiu atingir um excelente nível de participação 94% uma descida de apenas 1 ponto relativamente ao resultado obtido em 2015, e (+ 9p.p) acima do Grupo Allianz que registou uma taxa de 85%.

Ao nível do Índice de Empenho a Allianz Portugal obteve uma classificação de 81% (de novo apenas 1 ponto abaixo dos 82% de 2015), um resultado muito positivo acima do Grupo Allianz, que registou neste índice uma classificação de 72%, tendo caído 3% em relação ao ano anterior.

No índice de Meritocracia inclusiva, novo índice no questionário deste ano, a Allianz Portugal atingiu 76%, também aqui acima da média do Grupo Allianz, que registou 70%.

No índice Work Well, outro novo índice do questionário de 2016, a Allianz Portugal obteve 65%, ligeiramente acima da média do Grupo Allianz, que registou 64%.

A Allianz Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, apresentou resultados positivos o que não se tinha verificado nos dois anos anteriores. A melhoria dos resultados ficou a dever-se ao aumento das comissões de gestão cobradas e à redução da provisão para outros riscos e encargos constituída em 2015.

Os nossos agradecimentos a todos os Colaboradores pelos resultados obtidos nas suas áreas de responsabilidade.

É igualmente relevante o apoio que recebemos dos dois acionistas, o Grupo Allianz e o Grupo BPI, para que os programas de longo prazo sejam implementados e contribuam para o aumento do valor da Allianz Portugal.

O nosso agradecimento, ainda, ao Conselho Fiscal, à KPMG – nosso auditor e Revisor Oficial de Contas, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pela colaboração e a capacidade de resposta demonstradas.

O Conselho de Administração

Teresa Margarida Tudela Mira Godinho
Administradora-Delegada

Vicente Tardio Barutel
Presidente

Helga Jung
Ivan José de la Sota Dunabeitia

José Pena do Amaral
Pedro Barreto
António Alberto Retto Frias Couto Leitão



Balanço e Contas de Ganhos e Perdas
Companhia de Seguros Allianz Portugal

Balanço Consolidado

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO	Notas	Exercício			Valores em €
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	6.920.855	-	6.920.855	25.797.132
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	6.1	787.232	-	787.232	799.990
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.1	1.081.725	-	1.081.725	927.948
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.1	1.069.653.476	-	1.069.653.476	1.021.826.090
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.2	1.404.031	-	1.404.031	7.596.823
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		1.404.031	-	1.404.031	1.599.844
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	5.996.979
Investimentos a deter até à maturidade	6.3	-	-	-	-
Terrenos e edifícios	9	49.413.383	4.651.658	44.761.725	51.865.316
Terrenos e edifícios de uso próprio		25.001.383	4.651.658	20.349.725	21.002.316
Terrenos e edifícios de rendimento		24.412.000	-	24.412.000	30.863.000
Outros ativos tangíveis	10	28.809.591	17.962.685	10.846.906	8.512.154
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros activos intangíveis	12	11.097.262	8.678.939	2.418.323	773.930
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.1	44.798.791	-	44.798.791	28.873.781
Provisão para prémios não adquiridos		14.696.513	-	14.696.513	19.066.329
Provisão matemática do ramo vida		-	-	-	-
Provisão para sinistros		30.102.278	-	30.102.278	9.807.452
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	37.2	62.239.778	6.739.071	55.500.707	63.802.690
Contas a receber por operações de seguro direto		33.330.315	890.980	32.439.335	32.868.607
Contas a receber por operações de resseguro		891.137	-	891.137	270.876
Contas a receber por outras operações		28.018.326	5.848.091	22.170.235	30.663.207
Ativos por impostos e taxas	24	2.592.340	-	2.592.340	1.582
Ativos por impostos (e taxas) correntes		2.592.340	-	2.592.340	1.582
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos		83.926	-	83.926	71.237
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		1.278.882.390	38.032.353	1.240.850.037	1.210.848.673

Balanço Consolidado

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		Valores em €	
PASSIVO			
Provisões técnicas	4.1	604.971.962	524.638.400
Provisão para prémios não adquiridos		82.397.627	78.251.861
Provisão matemática do ramo vida		196.945.990	176.058.934
Provisão para sinistros		-	-
De vida		16.378.835	15.721.135
De acidentes de trabalho		144.259.219	123.229.003
De outros ramos		130.415.513	98.975.163
Provisão para participação nos resultados		17.591.854	17.770.613
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		486.528	467.816
Provisão para desvios de sinistralidade		13.664.958	12.559.886
Provisão para riscos em curso		2.831.438	1.603.989
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	363.879.221	382.343.794
Outros passivos financeiros	6.4	366.960	272.773
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		366.960	272.773
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	1.057.408	842.478
Outros credores por operações de seguros e outras operações	37.3	35.585.214	36.141.404
Contas a pagar por operações de seguro direto		5.214.229	4.383.951
Contas a pagar por operações de resseguro		2.603.667	7.221.216
Contas a pagar por outras operações		27.767.318	24.536.237
Passivos por impostos e taxas	24	28.835.491	33.164.054
Passivos por impostos (e taxas) correntes		16.357.689	16.332.313
Passivos por impostos diferidos		12.477.802	16.831.741
Acréscimos e diferimentos	37.1	20.064.626	17.964.366
Outras provisões	13	1.476.678	1.834.691
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		1.056.237.560	997.201.960
CAPITAL PRÓPRIO		-	-
Capital	25	39.545.400	39.545.400
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	26	55.541.208	70.763.293
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		55.541.208	70.763.293
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	(16.416.737)	(20.906.687)
Outras reservas	26	84.729.954	82.420.012
Resultados transitados		10.988.471	16.206.814
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		10.106.283	25.491.933
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA		184.494.579	213.520.765
Interesses que não controlam		117.898	125.948
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		184.612.477	213.646.713
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.240.850.037	1.210.848.673

Demonstração dos Resultados Consolidados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Exercício			Total	Valores em € Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		169.599.443	329.389.158	-	498.988.601	425.268.789
Prêmios brutos emitidos	14	171.137.416	374.824.099	-	545.961.515	481.106.897
Prêmios de resseguro cedido	14	(1.229.853)	(36.748.511)	-	(37.978.364)	(50.758.416)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	14	(269.296)	(4.355.437)	-	(4.624.733)	(3.851.510)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(38.824)	(4.330.993)	-	(4.369.817)	(1.228.182)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	104.221	-	-	104.221	133.828
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(92.083.921)	(272.098.300)	-	(364.182.221)	(289.928.555)
Montantes pagos		(91.658.996)	(240.384.934)	-	(332.043.930)	(297.214.977)
Montantes brutos	14,4.1	(92.091.101)	(252.133.708)	-	(344.224.809)	(307.627.548)
Parte dos resseguradores	4.1	432.105	11.748.774	-	12.180.879	10.412.571
Provisão para sinistros (variação)		(424.925)	(31.713.366)	-	(32.138.291)	7.286.422
Montante bruto	14,4.1	(657.700)	(51.775.418)	-	(52.433.118)	6.708.706
Parte dos resseguradores	4.1	232.775	20.062.052	-	20.294.827	577.716
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	4.1	(18.712)	(2.332.521)	-	(2.351.233)	(632.909)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	4.1	(20.836.945)	-	-	(20.836.945)	(13.624.891)
Montante bruto		(20.836.945)	-	-	(20.836.945)	(13.624.891)
Parte dos resseguradores		-	-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4.1	(1.629.143)	(57.890)	-	(1.687.033)	(1.526.706)
Custos e gastos de exploração líquidos	21	(45.151.699)	(81.260.239)	-	(126.411.938)	(111.432.994)
Custos de aquisição		(39.209.414)	(74.510.210)	-	(113.719.624)	(104.891.566)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(50.111)	478.966	-	428.855	440.968
Gastos administrativos		(6.200.786)	(12.810.416)	-	(19.011.202)	(16.557.936)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		308.612	5.581.421	-	5.890.033	9.575.540
Rendimentos	16	14.098.929	12.870.626	24.197	26.993.752	28.034.921
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		16.347.630	11.521.322	14.797	27.883.749	32.938.752
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5,16	(2.248.701)	-	-	(2.248.701)	(6.228.599)
Outros		-	1.349.304	9.400	1.358.704	1.324.768
Gastos financeiros	21	(1.796.432)	(768.129)	-	(2.254.561)	(2.349.437)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Outros		(1.796.432)	(768.129)	-	(2.564.561)	(2.349.437)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	17	793.845	13.293.999	-	14.087.844	(759.361)
De ativos disponíveis para venda		793.845	13.293.999	-	14.087.844	(759.361)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	17,18	-	-	14.305	14.305	147.165
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	14.305	14.305	147.165
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	4.425	4.425	(1.828)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	(872.598)	-	(872.598)	(648.818)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(6.446.666)	(4.368.614)	1.111.022	(9.704.258)	1.629.351
De ativos disponíveis para venda	6.1	(6.446.666)	(4.144.157)	-	(10.590.823)	(143.250)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	13	-	-	1.111.022	1.111.022	1.833.601
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De outros	9	-	(224.457)	-	(224.457)	(61.000)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-	484.144	-	484.144	407.296
Outras provisões (variação)	13	-	-	358.013	358.013	473.712
Outros rendimentos/gastos		-	-	1.281.162	1.281.162	675.528
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		16.632.920	(5.720.364)	2.793.124	13.705.680	35.865.091
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	-	(3.372.831)	(3.372.831)	(9.614.917)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	-	(223.658)	(223.658)	(764.433)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.632.920	(5.720.364)	(803.365)	10.109.191	25.485.741
Atribuível aos acionistas da companhia					10.106.283	25.491.933
Atribuível aos interesses que não controlam					2.908	(6.192)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					10.109.191	25.485.741
Resultado por ação					1,28	3,22

Demonstração Rendimento Integral Consolidado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Valores em €	
	2016	2015
Resultado líquido do exercício	10.109.191	25.485.741
Atribuível aos acionistas da Companhia	10.106.283	25.491.933
Atribuível aos interesses que não controlam	2.908	(6.192)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	(10.732.135)	(15.073.003)
Alterações da reserva de justo valor	(16.631.112)	(22.793.708)
Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")	1.409.027	1.414.455
Impostos diferidos e correntes	4.489.950	6.306.250
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados	(243.624)	(44.562)
Reconhecimento dos desvios atuariais	(345.566)	(63.209)
Imposto sobre desvios atuariais	101.942	18.647
Total rendimento integral do exercício	(866.568)	10.368.176
Atribuível aos acionistas da Companhia	(869.476)	10.374.368
Atribuível aos interesses que não controlam	2.908	(6.192)
Total rendimento integral do exercício	(866.568)	10.368.176

Demonstração das Variações do Capital Próprio Consolidado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reserva de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub total	interesses que não controlam	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos e correntes	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas					
Balanco a 01 de janeiro de 2015	39.545.400	92.142.546	(27.212.937)	32.826.058	31.004.878	16.629.580	62.393.504	20.038.710	267.367.739	154.592	267.522.331
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	(44.562)	-	-	(44.562)	-	(44.562)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	(21.379.253)	-	-	-	-	-	-	(21.379.253)	-	(21.379.253)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	6.306.250	-	-	-	-	-	6.306.250	-	6.306.250
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2.004.058	-	-	18.034.652	(20.038.710)	-	-	-
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(64.221.730)	-	(64.221.730)	-	(64.221.730)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	388	-	388	(22.452)	(22.064)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.192)	(6.192)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	25.491.933	25.491.933	-	25.491.933
Balanco a 31 de dezembro de 2015	39.545.400	70.763.293	(20.906.687)	34.830.116	31.004.878	16.585.018	16.206.814	25.491.933	213.520.765	125.948	213.646.713
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	(243.624)	-	-	(243.624)	-	(243.624)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	(15.222.085)	-	-	-	-	-	-	(15.222.085)	-	(15.222.085)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	4.489.950	-	-	-	-	-	4.489.950	-	4.489.950
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2.553.566	-	-	22.938.367	(25.491.933)	-	-	-
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(28.156.325)	-	(28.156.325)	-	(28.156.325)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(385)	-	(385)	(10.958)	(11.343)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.908	2.908
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	10.106.283	10.106.283	-	10.106.283
Balanco a 31 de dezembro de 2016	39.545.400	55.541.208	(16.416.737)	37.383.682	31.004.878	16.341.394	10.988.471	10.106.283	184.494.579	117.898	184.612.477

Valores em euros

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Valores em €

	2016	2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	10.106.283	25.491.933
Depreciações e amortizações do exercício	2.233.996	1.630.961
Variação das provisões técnicas de seguro direto	80.333.562	11.845.547
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	(15.925.010)	650.466
Variação de passivos por contratos de investimento	(18.464.573)	(631.354)
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	9.479.801	(1.629.351)
Variação no justo valor de imóveis de rendimento e imparidade uso próprio	1.187.000	648.818
Variação de outras provisões	(358.013)	(473.712)
Variação de ativos de negociação	12.758	(298.977)
Variação de empréstimos e contas a receber	195.813	288.468
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	9.413.004	3.660.199
Variação de outros ativos e passivos por impostos	(2.327.428)	4.719.674
Variação de outros ativos e passivos	2.051.122	2.265.724
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(556.190)	1.523.459
	77.382.125	49.691.855
Fluxos de caixa de atividades de Investimento		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(153.777)	(11.857)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	(73.640.294)	22.925.595
Variação em outros depósitos	5.996.979	(39.790)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(5.560.550)	(4.328.448)
Alienações de terrenos e edifícios	5.264.000	192.782
	(68.093.642)	18.738.282
Fluxos de caixa de atividades de Investimento		
Distribuição de dividendos	(28.156.325)	(64.221.730)
Transações com interesses que não controlam	(11.343)	(22.064)
Interesses que não controlam	2.908	(6.192)
	(28.164.760)	(64.249.986)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(18.876.277)	4.180.151
Caixa e equivalentes no início do período	25.797.132	21.616.981
Caixa e equivalentes no fim do período	6.920.855	25.797.132



Anexo às Demonstrações Financeiras
Consolidadas
Companhia de Seguros Allianz Portugal

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., (“Allianz Portugal” ou “Companhia” ou “Grupo”) com sede na Rua Andrade Corvo, n.º.32, 1069-014 Lisboa, é uma companhia de seguros, resultante da fusão por incorporação na Portugal Previdente - Companhia de Seguros, S.A., da Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública de 27 de Setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de Janeiro de 1999.

A Companhia de Seguros Allianz Portugal é detida em 35% pelo BBPI e em 64,85% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o “ultimate parent” da Companhia.

A Companhia tem por objeto principal e exclusivo o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos vida e não vida.

De seguida apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de Dezembro de 2016:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	88,60%	Integral

Em 31 de dezembro de 2015 a situação era a seguinte:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	87,60%	Integral

Durante o exercício de 2016, a Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., adquiriu 200 ações da Allianz SGFP, S.A. pelo preço de 52,69 Euros por ação.

2. Informação por Segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2016 e 2015 é analisado como segue:

Rubricas de Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2016					Valores em €
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	329.389.158	73.855.594	120.655.300	59.817.868	75.060.396	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(272.098.300)	(81.398.775)	(106.114.291)	(33.306.667)	(51.278.567)	
Provisão para riscos em curso (variação)	(1.227.449)	296.381	(1.523.830)	-	-	
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.105.072)	-	-	(1.049.214)	(55.858)	
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-	
Participação nos resultados atribuída	(57.890)	-	-	-	(57.890)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(81.260.239)	(14.749.621)	(31.051.534)	(16.926.542)	(18.532.542)	
Rendimentos	12.870.626	9.301.276	2.150.704	850.431	568.215	
Gastos de investimentos	(768.129)	(325.994)	(265.696)	(126.588)	(49.851)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13.293.999	13.005.800	173.654	68.666	45.879	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(872.598)	(364.246)	(306.306)	(121.120)	(80.926)	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(4.368.614)	(2.903.675)	(882.696)	(349.035)	(233.208)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	484.144	17.905	452.058	9.462	4.719	
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	
Resultado Técnico	(5.720.364)	(3.265.355)	(16.712.637)	8.867.261	5.390.367	
Rubricas de Balanço						
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	460.011.889	167.202.973	191.526.094	60.926.452	40.356.370	
Provisões técnicas	370.828.391	152.355.984	121.198.852	67.878.193	29.395.362	

Rubricas de Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2015					Valores em €
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	285.579.415	56.980.352	113.445.034	48.103.542	67.050.487	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(216.170.756)	(54.805.776)	(88.650.644)	(22.515.123)	(50.199.213)	
Provisão para riscos em curso (variação)	653.659	1.192.263	(908.504)	-	369.900	
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.268.575)	-	-	(1.206.583)	(61.992)	
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-	
Participação nos resultados atribuída	-	-	-	-	-	
Custos e gastos de exploração líquidos	(68.962.075)	(11.399.031)	(29.263.279)	(12.158.190)	(16.141.575)	
Rendimentos	14.862.751	10.752.932	2.518.912	953.844	637.063	
Gastos de investimentos	(704.831)	(302.302)	(270.091)	(80.069)	(52.369)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.725.315)	(712.687)	(620.641)	(235.020)	(156.967)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(545.818)	(233.999)	(191.114)	(72.370)	(48.335)	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	407.296	20.018	362.448	20.041	4.789	
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	
Resultado Técnico	12.125.751	1.491.770	(3.577.879)	12.810.072	1.401.788	
Rubricas de Balanço						
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	463.025.754	180.910.490	236.998.297	27.140.010	17.976.957	
Provisões técnicas	312.107.097	130.054.040	109.534.764	43.623.215	28.895.078	

O relato por segmentos operacionais de Vida para os exercícios de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	Valores em €	
Conta Técnica Vida	2016	2015
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	169.599.443	139.689.374
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	104.221	133.828
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(92.083.921)	(73.757.799)
Provisão matemática (variação)	(20.836.945)	(13.624.891)
Participação nos resultados atribuída	(1.629.143)	(1.526.706)
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradores (variação)	-	-
Provisão para estabilização de carteira (variação)	(18.712)	(17.993)
Custos e gastos de exploração líquidos	(45.151.699)	(42.470.919)
Rendimentos	14.098.929	13.125.246
Gastos de investimentos	(1.796.432)	(1.644.606)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	793.845	965.954
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(6.446.666)	(143.250)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-
Resultado Técnico	16.632.920	20.728.238
Rubricas de Balanço		
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	654.564.565	635.374.423
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	598.022.792	594.875.097

3. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adotados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2016, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Em 2016 a Allianz adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações

em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2017.

As notas que se seguem respeitam a ordem definida no Plano de Contas, sendo de referir que os números não incluídos neste Anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

Políticas Contabilísticas

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos da Allianz e das suas subsidiárias (Grupo).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a Allianz passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções devidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Allianz, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos financeiros

Classificação

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos Financeiros classificados no momento inicial ao Justo valor por via de ganhos e perdas. Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Allianz tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Allianz a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Allianz ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia

estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

A Allianz adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 6.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option).

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (1) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (2) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Os critérios utilizados pela Allianz Portugal são apresentados no ponto dedicado aos julgamentos e estimativas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são capitalizados se for provável que fluirão para a empresa benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente.

Os custos de assistência não são capitalizados, visto terem, por objetivo, a reparação e manutenção do ativo existente com vista ao seu normal funcionamento e não o aumento dos benefícios económicos futuros. Este tipo de custos é registado em gastos quando incorrido. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada:

	n.º de anos
Imóveis de Uso Próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A Companhia avalia, a cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio, aqueles que se destinam a serem usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos). Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro.

No decurso da sua atividade, a Allianz Portugal aceita e/ou cede negócio. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Em 29 de Janeiro de 2016 o novo Contrato Coletivo de Trabalho foi substituído por um Acordo Coletivo de Trabalho que manteve o mesmo Plano de Pensões para os trabalhadores.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma.

O plano dos benefícios a cargo da Companhia é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do Contrato Coletivo de Trabalho em 23 de Dezembro de 2011, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais

desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma ('PIR').

O novo Contrato Coletivo de Trabalho refere igualmente que o referido plano individual de reforma deve prever a garantia de capital, tanto no que diz respeito aos valores transferidos do plano anterior, como das entregas subsequentes efetuadas pela Companhia.

O contrato constitutivo do Fundo de Pensões AZP III, onde se encontram os planos individuais de reforma dos colaboradores, refere que "para a garantia de capital responde em primeiro lugar a conta reserva com a titularidade da associada, e se nesta conta se verificar insuficiência, a associada efetuará as contribuições extraordinárias necessárias".

Como a responsabilidade com a garantia de capital recai sobre a Companhia enquanto entidade empregadora, continua a existir uma obrigação legal e construtiva, o que, de acordo com o definido na IAS 19, faz com que o PIR deva ser classificado como um plano de benefício definido.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, e os pré-reformados desde a data da pré-reforma, e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma semelhante aos das responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável (ações e fundos)

- Decréscimo prolongado do justo valor: um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos, ou;
- Decréscimo significativo do justo valor: um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.

Títulos de rendimento fixo (obrigações) - Quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Default no pagamento dos juros ou do principal;
- Grande probabilidade de falência;
- Desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais, dos fatores mencionados, se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- Queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de spreads (deterioração da qualidade do crédito);

- Permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por 6 meses consecutivos;
- “Downgrades” significativos por parte de uma ou mais Agências de rating;
- Recomendações de compra/venda dos analistas.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro a doze anos (cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013 e doze anos para os prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016), no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1 Contratos de Seguro

A Allianz Portugal emite contratos que incluem risco seguro e risco financeiro.

Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

Um contrato emitido em que o risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos (direto e aceite) e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma nº 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o método "Pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo vida tem como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

Modalidade	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte		
Individuais	PM 60/64 e GKM 80	4%
Grupo	PM 60/64 e GKM 80	4%
2. Seguros em caso de vida		
Individuais	PF 60/64: TV 73/77	4%/3%
Grupo	PF 60/64: TV 73/77	4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6%/4%/3,5%/5%/3%

Provisão para estabilização da carteira

A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída, relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

A provisão referida no número anterior é igualmente constituída relativamente aos riscos complementares em idênticas circunstâncias. Nessa base foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

Provisão para participação nos resultados do ramo Vida

A provisão para participação de resultados corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de janeiro ou na data aniversária seguinte (a 1 de janeiro ou 1 de julho consoante as modalidades).

A Provisão matemática e a Provisão para participação nos resultados da Companhia desagrega-se por produto como se segue:

Valores em €

Modalidades	Provisão Matemática		Participação nos Resultados	
	2016		2016	
	No Início do Exercício	No final do Exercício	Atribuída no Exercício	Distribuída no Exercício
1. Vida Individual - Cor Longo Prazo	1.140.021	884.601	70.754	-
2. Vida Individual - Cor PPR	4.612.388	3.815.781	212.506	-
3. Vida Grupo - PLUS	3.385.316	2.494.148	25.033	-
4. Vida - Seg. Não Temporários	22.312.487	17.616.957	-	-
5. Vida - Seguros Temporários	76.294	71.300	31.457	-
7. Vida - Plano Poupança AS	276.092	259.637	-	-
8. Vida - PPR AS	1.042.191	812.575	-	-
9. Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	-	-	443.110	440.613
10. Allianz PPR 3%	9.967.922	9.059.001	-	-
11. Allianz Plano Poupança 3%	4.704.669	4.567.972	-	-
12. Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	-	-	-	-
13. Plano 2000	665.116	487.363	-	-
14. Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	4.043.445	4.030.477	-	-
15. Plano Poupança SPS - PPR	6.110.578	5.365.459	-	-
16. Rendas Vitalícias em Fundo Autonomo SPS	82.267	77.702	-	-
17. UniversAll Plano Poupança (2%)	1.892.025	1.435.811	-	-
18. UniversAll PPR (2%)	6.000.765	5.560.510	14.120	-
19. UniversAll Total (2%)	2.625.667	2.630.965	-	-
20. Plano Poupança Grupo - 2%	11.402.118	12.373.358	-	-
21. Crédito Habitação - Taxa Fixa	-	-	832.162	-
25. Financeiros Taxa Renovável sem participação	6.711.760	5.980.654	-	-
26. Outros sem participação	89.007.813	119.421.719	-	-
TOTAL	176.058.934	196.945.990	1.629.142	440.613

Provisão para participação nos resultados a atribuir - *shadow accounting*

Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhe serão distribuídos aquando da sua realização.

À data de 31 de Dezembro de 2016, esta provisão apresenta o montante de Euros 1.024.297. Em 2015 esta provisão apresentava saldo de Euros 2.433.324.

Teste à adequação das responsabilidades (LAT)

A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. O desconto dos cash flows é feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portfolio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As

provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de trabalho são analisados, como segue:

2015		
	Pensões não remíveis	Pensões Remíveis
Tábua de mortalidade	25%GMF95+75%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	4%, ocorridos antes de 01/01/2015 3% ocorridos após de 01/01/2015 (inclusivé)	5,25%
Encargos de gestão	2%	-
2016		
	Pensões não remíveis	Pensões Remíveis
Tábua de mortalidade	35%GMF95+65%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2% ocorridos após de 01/01/2015 (inclusivé)	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

A Companhia suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de Dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo Acidentes de Trabalho (FAT). É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de Dezembro de cada ano.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões. O desenvolvimento da provisão para sinistros é analisado como se segue:

Milhares de euros										
Ocorrência	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
2007	170.284	181.661	167.645	165.183	162.652	160.595	157.458	157.565	157.896	158.593
2008		172.791	186.162	173.356	171.756	168.451	166.133	165.631	165.969	167.545
2009			171.151	185.924	182.302	179.919	178.384	177.779	178.280	178.932
2010				186.013	193.017	191.932	190.278	190.379	191.438	193.376
2011					189.241	193.589	195.312	195.971	197.053	199.130
2012						200.664	205.465	207.056	209.581	213.068
2013							215.944	219.967	223.180	227.778
2014								216.254	212.768	218.099
2015									220.327	225.423
2016										271.215
Montantes Pagos	152.666	162.996	173.025	186.157	190.933	202.582	216.218	202.294	193.768	157.648
Provisões para sinistros*	5.928	4.549	5.907	7.219	8.197	10.486	11.560	15.806	31.655	113.567

* A provisão para sinistros não inclui os anos de ocorrência anteriores a 2007

Reajustamentos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores

Os reajustamentos efetuados a sinistros ocorridos em exercícios anteriores decorrem da dinâmica da gestão corrente dos processos de sinistro.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

RAMOS	2016			
	Provisão para sinistros em 31/12/N-1*	Custos com sinistros montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/N	Reajustamentos
Vida	15.721.135	8.926.233	7.718.743	923.841
Acidentes e Doença	130.770.824	38.664.756	112.339.105	20.233.037
Incêndio e Outros Danos	12.436.046	9.708.028	5.586.873	2.858.855
Automóvel	72.023.964	42.114.821	38.687.102	8.777.959
- Responsabilidade Civil	64.180.219	35.598.147	37.605.640	9.023.568
- Outras Coberturas	7.843.745	6.516.674	1.081.462	(245.609)
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.031.729	1.624.616	594.775	187.662
Responsabilidade Civil Geral	4.607.829	1.871.364	3.218.141	481.676
Crédito e Caução	163.511	252.775	21.630	110.894
Diversos	170.263	247.492	130.333	207.562
Não Vida	222.204.166	94.483.852	160.577.959	32.857.645
Total Geral	237.925.301	103.410.085	168.296.702	33.781.486

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 17.127.605 (2015: Euros 15.215.739) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 106.196.405 (2015:Euros 91.142.546) referente à provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

Adicionalmente, a Provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 4.777.222 (2015: Euros 4.357.110), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2016			
	Montantes pagos- prestações	Montantes pagos- custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	102.181.276	5.013.942	21.224.726	128.419.944
Incêndio e Outros Danos	35.869.822	2.581.731	22.090.554	60.542.107
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	59.815.563	3.919.275	9.231.412	72.966.250
- Outras Coberturas	32.562.089	2.904.536	(1.525.376)	33.941.249
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.179.011	66.527	(167.502)	3.078.036
Responsabilidade Civil Geral	3.082.427	204.851	600.591	3.887.869
Crédito e Caução	250.064	2.710	(123.679)	129.095
Diversos	247.861	-	(18.478)	229.383
Total	237.188.113	14.693.572	51.312.248	303.193.933
Resseguro aceite	252.023	-	463.170	715.193
Total geral	237.440.136	14.693.572	51.775.418	303.909.126

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2015			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	95.453.109	4.426.707	1.801.152	101.680.968
Incêndio e Outros Danos	28.630.184	2.228.593	(879.277)	29.979.500
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	59.349.286	3.708.444	(5.782.803)	57.274.927
- Outras Coberturas	29.259.607	2.556.011	(330.795)	31.484.823
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.134.930	66.753	88.028	3.289.711
Responsabilidade Civil Geral	3.073.715	186.075	(504.119)	2.755.671
Crédito e Caução	19.916	-	(27.572)	(7.656)
Diversos	560	1.046	(17.000)	(15.394)
Total	218.921.307	13.173.629	(5.652.386)	226.442.550
Resseguro aceite	151.439	-	(3.035)	148.404
Total geral	219.072.746	13.173.629	(5.655.421)	226.590.954

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisões técnicas de resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro direto.

As provisões técnicas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisadas como segue:

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Provisão para prémios não adquiridos	2.782.101	79.615.526	82.397.627	2.512.805	75.739.056	78.251.861
Provisão matemática	196.945.990	-	196.945.990	176.058.934	-	176.058.934
Provisão para sinistros	16.378.835	274.674.732	291.053.567	15.721.135	222.204.166	237.925.301
Provisão para desvios de sinistralidade	-	13.664.958	13.664.958	-	12.559.886	12.559.886
Provisão para riscos em curso	-	2.831.438	2.831.438	-	1.603.989	1.603.989
Provisão para estabilização de carteira	486.528	-	486.528	467.816	-	467.816
Provisão para participação nos resultados	17.550.117	41.737	17.591.854	17.770.613	-	17.770.613
Total	234.143.571	370.828.391	604.971.962	212.531.303	312.107.097	524.638.400
Resseguro Cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	200.514	14.495.999	14.696.513	239.338	18.826.991	19.066.329
Provisão para sinistros	652.720	29.449.558	30.102.278	419.946	9.387.506	9.807.452
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Total	853.234	43.945.557	44.798.791	659.284	28.214.497	28.873.781

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de Euros 23.694.499 (2015: Euros 23.215.533).

As provisões técnicas do segmento Não Vida por ramo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisadas como segue:

	2016						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prêmios não adquiridos	79.615.526	17.280.007	19.265.185	38.646.930	1.200.739	3.048.625	174.040
Provisão para sinistros	274.674.732	151.984.753	35.212.099	80.119.588	1.991.050	5.191.852	175.390
Provisão para desvios de sinistralidade	13.664.958	-	13.400.909	-	-	-	264.049
Provisão para riscos em curso	2.831.438	399.104	-	2.432.334	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	41.737	41.737	-	-	-	-	-
Total	370.828.391	169.705.601	67.878.193	121.198.852	3.191.789	8.240.477	613.479
Resseguro Cedido							
Provisão para prêmios não adquiridos	14.495.999	4.524.084	4.292.197	5.095.278	236.082	263.213	85.145
Provisão para sinistros	29.449.558	2.506.772	24.385.269	1.198.950	706.408	610.077	42.082
Total	43.945.557	7.030.856	28.677.466	6.294.228	942.490	873.290	127.227

	2015						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prêmios não adquiridos	75.739.056	16.427.130	18.835.474	36.602.296	1.020.057	2.636.077	218.022
Provisão para sinistros	222.204.166	130.770.824	12.436.046	72.023.964	2.031.729	4.607.829	333.774
Provisão para desvios de sinistralidade	12.559.886	-	12.351.695	-	-	-	208.191
Provisão para riscos em curso	1.603.989	695.485	-	908.504	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	-
Total	312.107.097	147.893.439	43.623.216	109.534.764	3.051.786	7.243.906	759.987
Resseguro Cedido							
Provisão para prêmios não adquiridos	18.826.991	5.351.121	7.389.980	5.098.995	538.132	311.125	137.638
Provisão para sinistros	9.387.506	1.980.918	5.401.300	554.460	682.430	552.568	215.830
Total	28.214.497	7.332.039	12.791.280	5.653.455	1.220.562	863.693	353.468

Os custos com sinistros e variação de outras provisões é analisada como segue:

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Sinistros pagos	(92.091.101)	(252.133.708)	(344.224.809)	(75.381.173)	(232.246.375)	(307.627.548)
Variação da provisão para sinistros	(657.700)	(51.775.418)	(52.433.118)	1.053.285	5.655.421	6.708.706
Provisão Matemática	(20.836.945)	-	(20.836.945)	(13.624.891)	-	(13.624.891)
Provisão para participação nos resultados	(1.629.143)	(57.890)	(1.687.033)	(1.526.706)	-	(1.526.706)
Outras provisões técnicas	(18.712)	(2.332.521)	(2.351.233)	(17.993)	(614.916)	(632.909)
Total	(115.233.601)	(306.299.537)	(421.533.138)	(89.497.478)	(227.205.870)	(316.703.348)
Resseguro cedido						
Sinistros pagos	432.105	11.748.774	12.180.879	662.366	9.750.205	10.412.571
Variação da provisão para sinistros	232.775	20.062.052	20.294.827	(92.277)	669.993	577.716
Total	664.880	31.810.826	32.475.706	570.089	10.420.198	10.990.287
Total líquido de resseguro	(114.568.721)	(274.488.711)	(389.057.432)	(88.927.389)	(216.785.672)	(305.713.061)

4.2 Apresentação dos rácios decorrentes da atividade da Allianz Portugal

	Não Vida	
	2016	2015
Rácio Sinistralidade	82,0%	67,5%
Custos Aquisição	20,0%	19,9%
Custos Administrativos	3,4%	3,3%
Rácio de Custos de Exploração	23,4%	23,2%
Rácio Combinado	105,4%	90,7%

Rácios apurados sobre os prémios adquiridos do seguro direto dos ramos Não Vida.

4.3 Montantes recuperáveis relativos a sinistros

Os montantes recuperáveis relativamente à ocorrência de sinistros totalizam em 2016 Euros 2.584.917 (2015: Euros 1.889.769).

4.4 Adequação dos prémios e das provisões

De acordo com a política de preços da Allianz Portugal, verificou-se que os prémios adquiridos são suficientes para fazer face às responsabilidades e despesas ocorridas no exercício.

Adicionalmente, os preços praticados são diferenciados de acordo com os vários segmentos de mercado permitindo um crescimento sustentável e rentável.

A política de Provisionamento da Allianz Portugal é regida pelo princípio da “melhor estimativa”.

Na Allianz Portugal existe um comité de reservas que tem como finalidade estabelecer procedimentos de controlo e entendimento de reservas comuns a todo o grupo. O comité de reservas reúne-se trimestralmente, sendo discutida a suficiência das reservas da Companhia.

A análise das reservas anual assenta em métodos atuariais, com um histórico de 12 anos, com base nos triângulos de montantes pagos e custos agregados (analisando o seu desenvolvimento com base ano de ocorrência vs. ano de participação).

Mensalmente, são elaborados um conjunto de indicadores de gestão (prémios e sinistros) que tem por fim a monitorização dos vários produtos da Allianz Portugal e das provisões técnicas respetivas.

O atuário responsável, em conjunto com o comité de reservas, concluíram pela suficiência das provisões técnicas. Como teste de adequabilidade de reservas do ramo vida, a Companhia efetuou o cálculo da reserva utilizando as “melhores estimativas” para os pressupostos atuariais em vez dos pressupostos utilizados no cálculo do prémio e não observamos indícios de insuficiência de reserva (LAT).

5. Passivos por contratos de investimento

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

Euros

	2016	2015
Contratos de Investimento ao justo valor através de resultados	1.206.599	1.062.969
Contratos de Investimentos ao custo amortizado	362.672.622	381.280.825
Total Passivos por Contratos de Investimentos	363.879.221	382.343.794

A movimentação dos passivos por contratos de investimento, é analisada como se segue:

Euros

Contratos ao justo valor através de resultados	2016	2015
Saldo a 1 janeiro	1.062.969	1.005.855
Depósitos	478.603	234.831
Benefícios	(329.108)	(189.341)
Valorizações /Desvalorizações	(5.865)	11.624
Saldo a 31 dezembro	1.206.599	1.062.969

Euros

Contratos ao custo amortizado	2016	2015
Saldo a 1 janeiro	381.280.825	381.969.293
Depósitos	151.786.875	141.105.692
Benefícios	(172.643.779)	(148.022.759)
Juro Técnico	2.248.701	6.228.599
Saldo a 31 dezembro	362.672.622	381.280.825

6. Instrumentos Financeiros

6.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no Anexo 1.

A carteira de Ativos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

	2016		2015	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Opções	787.232	787.232	799.990	799.990
TOTAL	787.232	787.232	799.990	799.990
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	787.232	-	799.990	-
Nível 3	-	-	-	-
Custo de Aquisição	787.232	-	799.990	-

O detalhe da carteira de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas por tipo de ativo é apresentado como segue:

	2016			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	288.252	(2.991)	4.144	289.405
Obrigações de outros emissores	200.860	(494)	554	200.920
Instrumentos de capital e unidades de participação	622.115	(30.715)	-	591.400
TOTAL	1.111.227	(34.200)	4.698	1.081.725

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	289.405	-	-	289.405
Obrigações de outros emissores	200.920	-	-	200.920
Instrumentos de capital e unidades de participação	591.400	-	-	591.400
TOTAL	1.081.725	-	-	1.081.725

	2015			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	543.281	(11.364)	7.022	538.939
Instrumentos de capital e unidades de participação	400.163	(11.154)	-	389.009
TOTAL	943.444	(22.518)	7.022	927.948

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	538.939	-	-	538.939
Instrumentos de capital e unidades de participação	389.009	-	-	389.009
TOTAL	927.948	-	-	927.948

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

	2016					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	437.473.835	30.883.195	(5.698.624)	-	8.676.312	471.334.718
De outros emissores	516.753.306	29.907.727	(305.440)	-	10.828.146	557.183.739
	954.227.141	60.790.922	(6.004.064)	-	19.504.458	1.028.518.457
Ações	1.792.610	1.972.530	-	(9.019)	-	3.756.121
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	36.504.390	1.149.790	(36.182)	(239.100)	-	37.378.898
Total	992.524.141	63.913.242	(6.040.246)	(248.119)	19.504.458	1.069.653.476

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	471.334.718	-	-	471.334.718
De outros emissores	557.183.739	-	-	557.183.739
	1.028.518.457	-	-	1.028.518.457
Ações	2.475.134	1.280.987	-	3.756.121
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	36.439.744	939.154	-	37.378.898
Total	1.067.433.335	2.220.141	-	1.069.653.476

Relativamente ao ano anterior:

	2015					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	390.345.116	53.180.264	(1.049.410)	-	8.072.296	450.548.266
De outros emissores	502.434.713	28.994.480	(6.641.494)	-	11.850.236	536.637.935
	892.779.829	82.174.744	(7.690.904)	-	19.922.532	987.186.201
Ações	1.792.610	1.939.413	(10.593)	-	-	3.721.430
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	29.926.531	1.135.178	-	(143.250)	-	30.918.459
Total	924.498.970	85.249.335	(7.701.497)	(143.250)	19.922.532	1.021.826.090

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	450.548.266	-	-	450.548.266
De outros emissores	534.250.294	2.387.641	-	536.637.935
	984.798.560	2.387.641	-	987.186.201
Ações	2.389.709	1.331.721	-	3.721.430
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	29.599.685	1.318.774	-	30.918.459
Total	1.016.787.954	5.038.136	-	1.021.826.090

No ano de 2016 foram reconhecidas imparidades no valor de Euros 10.342.705 respeitantes aos títulos da Portugal Telecom, que entretanto foram vendidos.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

6.2. Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica é analisado como se segue:

	valor em €	
	2016	2015
Empréstimos concedidos	1.404.031	1.599.844
Outros	-	5.996.979
Total	1.404.031	7.596.823

A rubrica "outros" refere-se a papel comercial.

6.3. Investimentos a deter até à maturidade

Não existem investimentos nesta categoria de ativos.

6.4 Outros passivos financeiros

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

6.5 Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Allianz Portugal são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, empréstimos e contas a receber e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Passivos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é estimado contrato a contrato, utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juro sem risco à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Níveis	2016		2015	
		Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1	6.920.855	6.920.855	25.797.132	25.797.132
Empréstimos e contas a receber	1	1.404.031	1.404.031	7.596.823	7.596.823
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3	55.500.707	55.500.707	63.802.690	63.802.690
Ativos financeiros ao custo amortizado		63.825.593	63.825.593	97.196.645	97.196.645
Passivos financeiros ao custo amortizado	3	369.265.065	362.672.622	385.979.918	381.280.825
Outros passivos financeiros	3	366.960	366.960	272.773	272.773
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3	35.607.247	35.607.247	36.141.404	36.141.404
Passivos financeiros ao custo amortizado		405.239.272	398.646.829	422.394.095	417.695.002

O cálculo do justo valor dos passivos financeiros ao custo amortizado foi feito, considerando como base a curva Euro Swap sem qualquer ajustamento de volatilidade, conforme a seguinte tabela:

Ano	Dez 2016	Dez 2015
0	0,00%	0,00%
1	0,14%	0,01%
2	0,14%	0,01%
3	0,14%	0,01%
4	0,14%	0,36%
5	0,14%	0,77%
6	0,63%	1,11%
7	1,09%	1,40%
8	1,35%	1,65%
9	1,56%	1,85%
10	1,70%	2,01%
11	1,80%	2,11%
12	1,88%	2,21%
13	1,94%	2,29%
14	1,92%	2,28%
15	1,80%	2,20%
16	1,64%	2,05%
17	1,58%	1,99%
18	1,63%	2,00%
19	1,77%	2,10%
20	1,99%	2,28%
21	2,28%	2,53%
22	2,54%	2,74%
23	2,76%	2,93%
24	2,95%	3,09%
25	3,11%	3,24%
26	3,26%	3,35%
27	3,38%	3,46%
28	3,48%	3,55%
29	3,57%	3,64%
30	3,65%	3,70%

6.6 Maturidades

A estrutura de maturidades é analisada como segue:

Risco de liquidez 2016	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.920.855	-	-	-	-	6.920.855
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	787.232	787.232
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	200.920	130.996	158.409	-	591.400	1.081.725
Dívida pública	-	130.996	158.409	-	-	289.405
Obrigações de outros emissores	200.920	-	-	-	-	200.920
Instrumentos de capital	-	-	-	-	591.400	591.400
Investimentos disponíveis para venda	83.812.933	95.782.480	364.041.951	484.881.092	41.135.020	1.069.653.476
Dívida pública	16.757.882	24.950.068	156.359.615	273.267.153	-	471.334.718
Obrigações de outros emissores	67.055.051	70.832.412	207.682.336	211.613.939	-	557.183.738
Instrumentos de capital	-	-	-	-	41.135.020	41.135.020
Outros ativos financeiros	56.904.738	-	-	-	-	56.904.738
Total de ativos financeiros	147.839.446	95.913.476	364.200.360	484.881.092	42.513.652	1.135.348.026
Passivos financeiros	73.972.869	38.317.625	125.865.619	161.675.282	-	399.831.395
Total de passivos financeiros	73.972.869	38.317.625	125.865.619	161.675.282	-	399.831.395
Líquido	73.866.577	57.595.851	238.334.741	323.205.810	42.513.652	735.516.631

Risco de liquidez 2015	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25.797.132	-	-	-	-	25.797.132
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	799.990	799.990
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	224.007	-	314.932	-	389.009	927.948
Dívida pública	224.007	-	314.932	-	-	538.939
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	389.009	389.009
Investimentos disponíveis para venda	107.817.942	90.226.752	392.465.132	396.676.376	34.639.888	1.021.826.090
Dívida pública	14.384.441	19.006.054	186.376.979	230.780.792	-	450.548.266
Obrigações de outros emissores	93.433.501	71.220.698	206.088.153	165.895.584	-	536.637.936
Instrumentos de capital	-	-	-	-	34.639.888	34.639.888
Outros ativos financeiros	71.400.597	-	-	-	-	71.400.597
Total de ativos financeiros	205.239.678	90.226.752	392.780.064	396.676.376	35.828.887	1.120.751.757
Passivos financeiros	98.006.301	34.967.953	130.363.061	155.420.656	-	418.757.971
Total de passivos financeiros	98.006.301	34.967.953	130.363.061	155.420.656	-	418.757.971
Líquido	107.233.377	55.258.799	262.417.003	241.255.720	35.828.887	701.993.786

7. Interesses que não controlam

O valor dos interesses que não controlam é analisado de acordo com os seguintes detalhes:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	2016	2015	2016	2015
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	117.898	125.948	2.908	(6.192)

	Valores em euros	
	2016	2015
Saldo a 1 de janeiro	125.948	154.592
Resultado líquido do exercício	2.908	(6.192)
Reserva de justo valor	(918)	(1.374)
Transações com interesses que não controlam	(10.040)	(21.078)
Saldo a 31 de dezembro	117.898	125.948

8. Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem

Nesta rubrica estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses. Em 31 de Dezembro de 2016 as rubricas de caixa e depósitos à ordem, totalizavam Euros 6.920.855, como segue:

	2016	2015
Caixa	374	374
Depósitos à ordem	6.920.481	25.796.758
TOTAL	6.920.855	25.797.132

9. Terrenos e Edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 relativamente aos terrenos e edifícios são analisados como segue:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aquisições	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor	Alienações	Saldo final
De serviço próprio							
Terrenos e edifícios	25.001.383	-	-	(224.457)	-	-	24.776.926
Amortizações	(3.999.067)	-	(428.134)	-	-	-	(4.427.201)
	21.002.316	-	(428.134)	(224.457)	-	-	20.349.725
De rendimento	30.863.000	-	-	-	(1.187.000)	(5.264.000)	24.412.000
TOTAL	51.865.316	-	(428.134)	(224.457)	(1.187.000)	(5 264 000)	44.761.725

E nas rubricas de ganhos e perdas:

RUBRICAS	Rendimentos de rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor
De serviço próprio	22.220	624.276	(428.134)	(224.457)	-
De rendimento	1.336.484	290.779	-	-	(1.187.000)
com rendimentos no ano	1.336.484	106.046	-	-	(1.466.000)
sem rendimentos no ano	-	184.733	-	-	279.000
TOTAL	1.358.704	915.055	(428.134)	(224.457)	(1.187.000)

A determinação do justo valor dos imóveis é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes cumprindo todos os requisitos definidos pela norma vigente.

10. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 relativos a ativos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial		Aumentos	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições			Reforço	Regularizações	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Equipamento administrativo	4.292.388	3.746.382	280.683	-	-	133.024	-	693.665
Máquinas e ferramentas	4.740.130	3.761.614	169.219	-	-	180.177	-	967.558
Equipamento informático	4.183.585	3.713.590	398.646	-	-	247.691	-	620.950
Instalações interiores	6.823.858	3.092.048	2.299.202	1.841.496	-	519.576	-	7.352.932
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	3.228.825	2.305.342	474.661	-	-	207.191	-	1.190.953
Imobilizações em curso	1.862.344	-	-	(1.841.496)	-	-	-	20.848
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	25.187.182	16.675.028	3.622.411	-	-	1.287.659	-	10.846.906

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 31 de Dezembro de 2016, a afetação de investimentos é como segue:

	2016				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	50.000	4.675.323	2.088.798	106.734	6.920.855
Terrenos e edifícios	-	-	37.188.646	7.573.079	44.761.725
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	787.232	787.232
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1.081.725	-	-	1.081.725
Investimentos disponíveis para venda	71.572.622	575.780.864	420.734.445	1.565.545	1.069.653.476
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.404.031	-	-	-	1.404.031
Outros ativos tangíveis	-	-	-	10.846.906	10.846.906
Total	73.026.653	581.537.912	460.011.889	20.879.496	1.135.455.950
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	71.709.909	526.479.064	394.522.891	-	992.711.864
Excesso / (insuficiência)	1.316.744	55.058.848	65.488.998	20.879.496	142.744.086

Os outros ativos não se encontram afetos a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

12. Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 relativos a ativos intangíveis são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial			Amortizações do Exercício				Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Programas informáticos	9.159.123	8.385.193	1.769.751	-	-	293.746	-	2.249.935
Programas informáticos (Imobilizações Em Curso)	-	-	168.388	-	-	-	-	168.388
Total	9.159.123	8.385.193	1.938.139	-	-	293.746	-	2.418.323

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1. Desdobramento da conta de ajustamentos e outras provisões

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a ajustamentos e outras provisões são analisados como segue:

	Ano de 2016			Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	878.018	231.324	(218.362)	890.980
Devedores por operações de resseguro	157.667		(157.667)	-
Devedores por outras operações	6.814.407	584.811	(1.551.127)	5.848.091
	7.850.092	816.135	(1.927.156)	6.739.071
Outras provisões				
Outras provisões	1.834.691	11.454	(369.467)	1.476.678
	1.834.691	11.454	(369.467)	1.476.678

13.2. Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização.

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são analisadas como segue:

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto	21.101	31.510
Contas a receber por operações de resseguro	-	157.667
Contas a receber por outras operações	5.848.091	6.814.407
TOTAL	5.869.192	7.003.584

Estas rubricas não incluem os ajustamentos de recibos por cobrar (referenciados na Nota 13.3)

13.3. Ajustamentos de recibos por cobrar

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos Devedores por operações de seguro direto.

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto	869.879	846.508
TOTAL	869.879	846.508

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se registado o montante de Euros 15.763.600 (2015: Euros 16.598.395) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

14. Prémios de contratos de seguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	2016	2015
Prémios Brutos Emitidos - Vida	171.137.416	141.427.316
Prémios Brutos Emitidos - Não Vida	374.824.099	339.679.581
Prémios Brutos Emitidos	545.961.515	481.106.897
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(1.229.853)	(1.745.553)
Prémios de Resseguro Cedido - Não Vida	(36.748.511)	(49.012.863)
Prémios de Resseguro Cedido	(37.978.364)	(50.758.416)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	(269.296)	57.761
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	(4.355.437)	(3.909.271)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos	(4.624.733)	(3.851.510)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	(38.824)	(50.150)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	(4.330.993)	(1.178.032)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido	(4.369.817)	(1.228.182)
Varição de Prémios Não Adquiridos	(8.994.550)	(5.079.692)
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	169.599.443	139.689.374
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	329.389.158	285.579.415
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	498.988.601	425.268.789

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como se segue:

	2016	2015
Relativos a contratos individuais	89.790.183	62.928.527
Relativos a contratos grupo	81.347.233	78.498.789
	171.137.416	141.427.316
Periódicos	85.471.160	83.978.853
Não Periódicos	85.666.256	57.448.463
	171.137.416	141.427.316
De contratos sem participação nos resultados	164.753.842	134.908.504
De contratos com participação nos resultados	6.383.574	6.518.812
Prémios brutos emitidos - Vida	171.137.416	141.427.316

O segmento Não Vida é analisado como segue:

2016					
Ramos /grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e Doença	143.105.749	142.686.487	128.419.944	31.811.123	(1.628.833)
Incêndio e outros danos	80.851.605	79.892.653	60.542.106	19.819.242	10.062.107
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	77.668.310	76.815.198	72.966.250	18.729.881	(34.161)
- Outras coberturas	57.011.011	55.319.558	33.941.249	12.331.051	(10.810.877)
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.626.951	4.392.304	3.078.036	883.815	(141.206)
Responsabilidade Civil Geral	10.601.209	10.076.226	3.887.869	3.157.271	(1.037.704)
Crédito e Caução	213.484	237.458	129.095	28.487	(333.573)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	522.758	546.707	229.384	68.409	(148.431)
Total	374.601.077	369.966.591	303.193.933	86.829.279	(4.072.678)
Resseguro aceite	223.022	502.071	715.193	12.381	385.421
Total geral	374.824.099	370.468.662	303.909.126	86.841.660	(3.687.257)

2015					
Ramos /Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e Doença	121.429.383	120.470.783	101.680.968	26.943.855	(1.902.304)
Incêndio e outros danos	76.942.163	76.075.961	29.979.500	18.220.343	(15.189.047)
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	75.202.904	74.421.950	57.274.927	17.862.795	26.754
- Outras coberturas	51.361.269	50.500.478	31.484.823	11.413.561	(11.381.966)
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.213.441	4.241.921	3.289.712	812.942	(404.816)
Responsabilidade Civil Geral	8.932.604	8.259.858	2.755.671	2.653.795	(1.371.861)
Crédito e Caução	234.227	249.047	(7.656)	5.597	(32.102)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	607.058	554.053	(15.395)	72.258	(397.838)
Total	338.923.049	334.774.051	226.442.550	77.985.146	(30.653.180)
Resseguro aceite	756.532	996.259	148.404	16.489	(77.957)
Total geral	339.679.581	335.770.310	226.590.954	78.001.635	(30.731.137)

15. Comissões e outros proveitos

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 104.221 (2015: Euros 133.828), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

16. Rendimentos /Rédito de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2016	2015
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	27.743.545	32.675.165
Ativos financeiros detidos até à maturidade		
Títulos de dívida	-	-
Depósitos bancários	126.349	245.142
Outros	13.855	18.445
	27.883.749	32.938.752
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(2.248.701)	(6.228.599)
Outros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	-	-
Propriedades de investimento	1.358.704	1.324.768
	1.358.704	1.324.768
Total	26.993.752	28.034.921

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda são analisados como segue:

	2016		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	16.284.706	(2.361.016)	13.923.690
Instrumentos de capital e unidades de participação	164.154	-	164.154
TOTAL	16.448.860	(2.361.016)	14.087.844
	2015		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	859.331	(1.819.465)	(960.134)
Instrumentos de capital e unidades de participação	200.773	-	200.773
TOTAL	1.060.104	(1.819.465)	(759.361)

Os ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2016		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	16.719	(22.616)	(5.897)
Instrumentos de capital e unidades de participação	36.992	-	36.992
Total de Ativos	53.711	(22.616)	31.095
Passivos por contratos de investimento	-	5.865	5.865
Total Passivo	-	5.865	5.865
Total	53.711	(16.751)	36.960
	2015		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	15.391	(15.118)	273
Instrumentos de capital e unidades de participação	32.974	-	32.974
Total de Ativos	48.365	(15.118)	33.247
Passivos por contratos de investimento	-	(11.624)	(11.624)
Total Passivo	-	(11.624)	(11.624)
Total	48.365	(26.742)	21.623

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor são analisados como segue:

	2016	2015
Ativos detidos para negociação		
Derivados	14.305	147.165
	14.305	147.165
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	(3.485)	(11.364)
Instrumentos de capital e unidades de participação	(33.475)	(10.259)
	(36.960)	(21.623)
TOTAL	(22.655)	125.542

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Os valores de ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, mediante utilização das taxas de câmbio de referência divulgadas pelo Banco Central Europeu. Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados dos exercícios em que se verificam.

À data de balanço não existiam posições cambiais no portfólio da Allianz Portugal.

21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos administrativos são analisados como segue:

	2016	2015
Custos com pessoal	30.791.628	28.820.144
Fornecimentos e serviços externos	26.104.319	22.874.014
Impostos e taxas	2.714.722	2.265.002
Amortizações do exercício	2.009.539	1.630.961
Provisões	-	-
Juros suportados	3.336	17.905
Comissões	504.845	510.200
Total	62.128.389	56.118.226

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	2016	2015
Custos com sinistros	17.066.101	15.416.782
Custos de exploração		
Custos de aquisição	23.304.054	21.614.820
Custos administrativos	19.011.202	16.557.936
Custos com investimentos	2.564.561	2.349.437
Outros custos não imputados	182.471	179.251
Total	62.128.389	56.118.226

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2016	2015
Eletricidade	282.937	328.565
Impressos	136.258	131.247
Material escritório	128.954	169.344
Livros e documentação técnica	1.163	1.891
Artigos para oferta	23.734	55.488
Conservação e reparação	679.994	712.161
Rendas e alugueres	1.056.637	1.342.418
Despesas de representação	2.168.663	1.896.120
Franquias postais/ transporte postal	1.582.923	1.637.147
Comunicações	1.418.788	1.180.720
Deslocações e estadias	1.313.801	1.207.892
Seguros	180.831	175.344
Publicidade e propaganda	2.892.232	2.874.017
Limpeza, higiene e conforto	399.401	358.765
Vigilância e segurança	220.277	241.542
Trabalhos Especializados	10.678.633	7.928.618
Auditoria	321.360	301.680
Outros	10.357.273	7.626.938
Outras Prestações de Serviço	1.573.683	1.371.851
Custos com Cobrança de Prémios	551.967	536.066
Outros	813.443	724.818
TOTAL	26.104.319	22.874.014

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de Euros 8.061.262 (2015: Euros 5.248.749) relativos a custos com trabalhos informáticos (infraestrutura - mainframe).

Detalhe dos honorários faturados, incluindo IVA, pelos Revisores Oficiais de Contas relativamente aos anos de 2016 e 2015:

	2016	2015
Revisão Legal das Contas Anuais	179.949	183.639
Consultoria Fiscal	71.340	78.720
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	72.693	41.943
TOTAL	323.982	304.302

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2016	2015
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	113.719.624	104.891.566
Custos de aquisição diferidos (variação)	(428.855)	(440.968)
Gastos administrativos	19.011.202	16.557.936
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(5.890.033)	(9.575.540)
TOTAL	126.411.938	111.432.994

A rubrica custos de aquisição inclui o montante de Euros € 90.415.569 (2015: Euros 83.276.746) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Companhia.

22. Gastos com pessoal

22.1 Número de trabalhadores ao serviço por categoria profissional

O número de pessoas ao serviço do Grupo no final dos exercícios de 2016 e 2015:

	2016	2015
Quadros superiores	35	30
Quadros médios	103	91
Profissionais altamente qualificados	144	142
Profissionais qualificados	317	315
Profissionais semi-qualificados	0	2
TOTAL	599	580

22.2 Custos com pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

	2016	2015
Remunerações	23.383.916	21.534.370
Órgãos sociais	959.819	560.060
Pessoal	22.424.097	20.974.310
Encargos sobre remunerações	4.443.755	4.260.138
Benefícios pós-emprego	570.701	868.502
Planos de contribuição definida	283.583	288.093
Planos de benefícios definidos	287.118	580.409
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	372.673	378.562
Benefícios de cessação de emprego	154.125	252.166
Seguros Obrigatórios	1.114.526	1.036.824
Gastos de ação social	52.960	60.433
Outros gastos com pessoal	698.972	429.149
TOTAL	30.791.628	28.820.144

22.3. Informações adicionais relativamente a transações com os órgãos sociais

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

23. Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios dos empregados são os seguintes:

	2016	2015
Taxa de desconto	1,80%	2,25%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	1,80%	2,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	0	0
Reformados	417	428
TOTAL	417	428

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015 são como segue:

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de dezembro						
Pensionistas	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)	(18.043.529)	(2.211.904)	(20.255.433)
Ativos	-	-	-	-	-	-
	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)	(18.043.529)	(2.211.904)	(20.255.433)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	16.541.020	-	16.541.020	19.412.955	-	19.412.955
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro	954.022	(2.011.430)	(1.057.408)	1.369.426	(2.211.904)	(842.478)

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	(18.043.529)	(2.211.904)	(20.255.433)	(21.648.617)	(2.458.065)	(24.106.682)
Custo dos juros	(370.216)	(44.768)	(414.984)	(398.437)	(43.970)	(442.407)
Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades	(33.064)	(104.280)	(137.344)	1.152.016	(57.064)	1.094.952
Benefícios pagos	3.179.012	444.436	3.623.448	3.453.561	519.121	3.972.682
Reformas antecipadas	(319.201)	(94.914)	(414.115)	(602.052)	(171.926)	(773.978)
Responsabilidades em 31 de dezembro	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)	(18.043.529)	(2.211.904)	(20.255.433)

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia tinha até 31 de dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo seria convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia iria proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement") durante o ano de 2012.

Em junho de 2014 foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho.

Em 29 de Janeiro de 2016 o novo Contrato Coletivo de Trabalho foi substituído por um Acordo Coletivo de Trabalho que manteve o mesmo Plano de Pensões para os trabalhadores. De acordo com este novo CCT, a Companhia passou a garantir, como mínimo, apenas a poupança inicial que resulta da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais, bem como as contribuições anuais.

À data de 31 de Dezembro de 2016 a responsabilidade ascende a Euros 4.433.611 e o valor do fundo de pensões a cobrir esta responsabilidade ascende a Euros 4.584.011.

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como segue:

	2016	2015
Saldo do fundo em 1 de janeiro	19.412.955	22.730.782
Rendimento esperado	402.299	420.080
Ganhos e (perdas) atuariais	(208.222)	(284.346)
Contribuições	113.000	-
Benefícios pagos	(3.179.012)	(3.453.561)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	16.541.020	19.412.955

Os ganhos e perdas atuariais registados nas reservas em 2016 e 2015 são analisadas como segue:

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	(2.206.641)	57.064	(2.149.577)	(1.338.971)	-	(1.338.971)
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	33.064	104.280	137.344	(1.152.016)	57.064	(1.094.952)
- nos ativos do plano	208.222	-	208.222	284.346	-	284.346
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(1.965.355)	161.344	(1.804.011)	(2.206.641)	57.064	(2.149.577)

O detalhe dos ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades para o ano de 2016 e 2015 é o seguinte:

	2016	2015
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades		
- por alteração de pressupostos financeiros	126.064	(676.563)
- por alteração de pressupostos demográficos	-	-
- por experiência	(93.000)	(475.453)
	33.064	(1.152.016)

Os (ativos) / passivos líquidos são analisados como segue:

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	(1.369.426)	2.211.904	842.478	(1.082.165)	2.458.065	1.375.900
Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades	33.064	104.280	137.344	(1.152.016)	57.064	(1.094.952)
Ganhos e perdas atuarias dos fundos	208.222	-	208.222	284.346	-	284.346
Encargos do ano:						
- Custo dos juros	370.216	44.768	414.984	398.437	43.970	442.407
- Rendimento esperado do fundo	(402.299)	-	(402.299)	(420.080)	-	(420.080)
- Reformas antecipadas	319.201	94.914	414.115	602.052	171.926	773.978
Contribuições efetuadas no ano e benefícios pagos	(113.000)	(444.436)	(557.436)	-	(519.121)	(519.121)
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	(954.022)	2.011.430	1.057.408	(1.369.426)	2.211.904	842.478

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(32.083)	44.768	12.685	(21.643)	43.970	22.327
(Ganhos) e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-
Reformas antecipadas	319.201	94.914	414.115	602.052	171.926	773.978
Custos do exercício	287.118	139.682	426.800	580.409	215.896	796.305

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	2016	2015
Ações e outros títulos de rendimento variável	157.844	233.757
Títulos de rendimento fixo	16.374.445	18.397.620
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	956.129	1.951.171
Valor a transferir	(947.398)	(1.169.593)
	16.541.020	19.412.955

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	2016		2015	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de crescimento dos salários	(340.000)	344.000	(233.000)	235.000
Taxa de crescimento das pensões	(451.000)	215.000	(228.000)	232.000
	-0,5%	+0,5%	-0,5%	+0,5%
Taxa de desconto	466.000	(437.000)	502.000	(475.000)
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	+1 ano		+1 ano	
Alteração da tábua de mortalidade	522.000		506.000	

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro. O valor total da responsabilidade ascende a Euros 1.854.565 (2015: Euros 1.997.228), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

24. Imposto sobre rendimento

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2016 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29,5% (IRC 21%), que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O cálculo do imposto corrente relativo a 2016 foi apurado com base na taxa nominal de 29,5% (IRC 21%) aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço são analisados como segue:

	2016	2015
IRC - Imposto a pagar	-	(1.694.305)
IRC - Imposto a recuperar	2.592.340	1.582
IVA	(1.082.578)	(459.136)
FAT	(7.762.314)	(7.114.754)
FGA	(546.065)	(530.460)
Selo Apólice	(3.231.704)	(2.957.397)
Prevenção Rodoviária	(80.682)	(77.190)
ASF	(523.986)	(483.384)
INEM	(999.045)	(898.578)
ANPC (SNB)	(608.085)	(578.295)
Segurança Social	(491.114)	(502.062)
Retenções IRS/IRC	(864.605)	(953.286)
Outros	(167.511)	(83.466)
Ativos por impostos correntes	2.592.340	1.582
Passivos por impostos correntes	(16.357.689)	(16.332.313)

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 4.1. no montante de Euros 6.258.452 (2015: Euros 5.874.283).

Os ativos e passivos por impostos diferidos são como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros	-	-	14.020.155	18.547.540	(14.020.155)	(18.547.540)
Provisões não técnicas	1.236.981	1.441.190	-	-	1.236.981	1.441.190
Responsabilidades com Pensões	305.372	274.609	-	-	305.372	274.609
Imposto diferido ativo/(passivo)	1.542.353	1.715.799	14.020.155	18.547.540	(12.477.802)	(16.831.741)

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

	2016			2015		
	Reservas	Resultados	Total	Reservas	Resultados	Total
Ativos financeiros	4.546.834	(19.449)	4.527.385	6.049.032	(18.665)	6.030.367
Provisões não técnicas	-	(204.209)	(204.209)	-	(745.768)	(745.768)
Responsabilidades com Pensões	30.763	-	30.763	274.609	-	274.609
	4.577.597	(223.658)	4.353.939	6.323.641	(764.433)	5.559.208

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

	2016	2015
Impostos diferidos	(15.164.283)	(19.710.885)
Impostos correntes	(1.252.454)	(1.195.802)
Reserva de Reavaliação	(16.416.737)	(20.906.687)
Impostos diferidos	305.372	274.609
Impostos correntes	(521.877)	(593.056)
Outras Reservas	(216.505)	(318.447)
TOTAL	(16.633.242)	(21.225.134)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2016	2015
Resultados e outras variações patrimoniais antes impostos	13.705.680	35.865.091
Taxa(s) de imposto	29,5%	29,5%
Imposto do exercício	4.043.176	10.580.202
Tributações autónomas	426.081	415.393
Outras diferenças permanentes	(872.768)	(616.245)
Imposto reconhecido nos resultados	3.596.489	10.379.350
Taxa efetiva	26,2%	28,9%

25. Capital

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de Euros 39.545.400, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa a Companhia deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do capital social.

26. Reservas

Reservas de reavaliação

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda.

A reserva de justo valor é analisada como segue:

	2016	2015
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	992.524.141	924.498.970
Imparidade	(248.119)	(143.250)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	992.276.022	924.355.720
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.050.149.018	1.001.903.558
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	1.309.804	4.352.495
Reserva de justo valor	56.563.192	73.195.343
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(1.024.297)	(2.433.324)
Interesses que não controlam	2.313	1.274
Impostos diferidos e correntes	(16.416.737)	(20.906.687)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	39.124.471	49.856.606

Reserva por impostos diferidos e correntes

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo vida com participação nos resultados.

Outras reservas

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais em vigor e as Reservas livres.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	10.106.283	25.491.933
Número de ações	7.909.080	7.909.080
Resultados por ação	1,278	3,223

28. Dividendos

Os dividendos distribuídos em 2016 (relativos ao exercício de 2015) representaram Euros 28.156.325. O valor por ação foi de 3,56 Euros.

O valor de dividendos proposto, relativo ao exercício de 2016 é de Euros 17.241.794 o que corresponde a 2,18 Euros por ação.

Os dividendos distribuídos em 2015 (relativos ao exercício de 2014) representaram Euros 24.518.148. O valor por ação foi de 3,10 Euros. Foram ainda distribuídos em 2015 dividendos extraordinários no valor de Euros 39.703.581,60 que correspondeu a 5,02 Euros por ação.

O valor de dividendos proposto, relativo ao exercício de 2015 foi de Euros 28.156.325 o que correspondeu a 3,56 Euros por ação.

29. Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, para o exercício de 2015 e 2014, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	2016				2015			
	ALLIANZ GROUP	BPI	CEPRES	TOTAL	ALLIANZ GROUP	BPI	CEPRES	TOTAL
ATIVO	55.224.738	9.159.406	-	64.384.144	44.021.257	28.002.125	-	72.023.382
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	6.684.272	-	6.684.272	-	25.612.416	-	25.612.416
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	787.232	-	-	787.232	799.990	-	-	799.990
Ativos disponíveis para venda	-	2.475.134	-	2.475.134	-	2.389.709	-	2.389.709
Provisões técnicas de resseguro cedido	36.894.792	-	-	36.894.792	19.009.299	-	-	19.009.299
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17.542.714	-	-	17.542.714	24.211.968	-	-	24.211.968
PASSIVO	4.512.409	21.727.148	-	26.239.557	7.056.935	19.444.427	-	26.501.362
Provisões técnicas	15.090	-	-	15.090	199.286	-	-	199.286
Depósitos recebidos de resseguradores	206.300	-	-	206.300	92.099	-	-	92.099
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.291.019	21.727.148	-	26.018.167	6.765.550	19.444.427	-	26.209.977
GANHOS E PERDAS	(6.355.049)	(44.087.935)	108.355	(50.334.629)	(32.669.126)	(40.845.882)	203.559	(73.311.449)
Prémios Brutos Emitidos	129.560	-	-	129.560	126.120	-	-	126.120
Prémios de Resseguro Cedido	(33.587.052)	-	-	(33.587.052)	(46.437.692)	-	-	(46.437.692)
Comissões de contratos de seguro e operações ...	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	16.008	-	-	16.008	508	-	-	508
Provisão Prémios não Adquiridos Parte dos Resseguradores(variação)	(3.763.144)	-	-	(3.763.144)	(696.374)	-	-	(696.374)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	31.837.106	-	108.355	31.945.461	9.752.083	-	203.559	9.955.642
Custos e gastos de exploração líquidos	(3.461.404)	(45.037.189)	-	(48.498.593)	2.623.788	(41.794.283)	-	(39.170.495)
Rendimentos	-	949.254	-	949.254	-	948.372	-	948.372
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	14.305	-	-	14.305	147.165	29	-	147.194
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	434.197	-	-	434.197	347.716	-	-	347.716
Outros rendimentos/gastos	2.025.375	-	-	2.025.375	1.467.560	-	-	1.467.560

As transações com a Allianz Group referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, prestação de serviços, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

A CEPRES – Central de Prestadores de Serviços, A.C.E - é um agrupamento complementar de empresas constituído nos termos da legislação em vigor, que tem por objeto representar e defender os interesses das empresas agrupadas, nomeadamente Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A, AXA Portugal – Companhia de Seguros, S.A., e Direct & Quixa Seguros y Reaseguros, S.A.U. – Sucursal em Portugal, na prestação ou obtenção de serviços de reparação de viaturas, aluguer de viaturas, reboques de viaturas, recolha e venda de salvados e fornecimento de peças, bem como quaisquer outras atividades conexas, se tal for considerado necessário pelas empresas agrupadas.

Durante o ano de 2016 este agrupamento complementar de empresas encerrou a sua atividade. A título de remunerações, prémios de incentivo e outros benefícios relativos ao conjunto de pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, a Companhia reconheceu como custo do exercício os montantes de Euros 329.500 (2015: Euros 303.500), Euros 145.580 (2015: Euros 159.408) e Euros 88.566 (2015: Euros 82.115) respetivamente.

31. Compromissos Financeiros

Os Compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de locação operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

	até 3 meses	3-12 meses	1- 5 anos	Total
Rendas vincendas	9.589	16.356	607.803	633.748

Adicionalmente, a Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão ascendem a Euros 23.705.427 (2015: 26.172.305).

34. Elementos Extrapatrimoniais

Relativamente aos elementos extrapatrimoniais à data de encerramento do exercício de 2015, temos que considerar os seguintes valores: 689.883 Euros relativos a penhoras (2015: 759.686 Euros) e 305.769 Euros relativos a garantias bancárias (2015: 315.454 Euros).

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não se conhecem à data de elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

37. Outras informações

37.1. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de Acréscimos e diferimentos de passivo é analisada como segue:

	2016	2015
Férias e subsídio de férias	3.156.886	2.952.108
Distribuição de resultados	3.833.548	3.539.461
Outros acréscimos de custos	12.972.486	11.369.875
Proveitos diferidos	101.706	102.922
TOTAL	20.064.626	17.964.366

A rubrica distribuição de resultados inclui o montante de Euros 47.959 relativo ao prémio de permanência atribuído no âmbito do CCT, conforme referido nas políticas contabilísticas relativas a benefícios aos empregados.

37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

	2016	2015
Devedores por operações de seguro direto	33.330.315	33.746.625
Resseguradores	891.137	428.543
Outros devedores	28.018.326	37.477.614
	62.239.778	71.652.782
Imparidade	(6.739.071)	(7.850.092)
Total	55.500.707	63.802.690

37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

	2016	2015
Credores por operações de seguro direto	5.214.229	4.383.951
Resseguradores	2.603.667	7.221.216
Outros credores	27.767.318	24.536.237
Total	35.585.214	36.141.404

Na rubrica Outros credores está incluído o montante de Euros 21.727.148 (2015: 19.444.427 Euros) relativo a comissões a pagar ao BPI, S.A.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

[A Allianz não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.](#)

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta

e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

[A Allianz não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.](#)

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar “

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

[A Allianz não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.](#)

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo

método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

[A Allianz não adotou nas suas contas separadas esta opção.](#)

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de Dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de Setembro de 2016.

[Estas alterações não são aplicáveis à Allianz](#)

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro).

[A Allianz não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.](#)

[A Allianz decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:](#)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal 40

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de Setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de Janeiro de 2021.

A Allianz iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Allianz.

IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

[A Allianz encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.](#)

[Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Allianz](#)

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

[A presente norma não é aplicável à Allianz.](#)

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

[A Allianz não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.](#)

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

[A Allianz não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.](#)

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Allianz não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal 40

Perfil de Risco e Contexto de Mercado

O perfil de Risco da Allianz Portugal, quando avaliado de acordo com os princípios regulamentares do regime de Solvência II, é maioritariamente representado pelo risco específico de seguros dadas as características inerentes do negócio, sendo esta a atividade primária do sector segurador. O segundo risco com maior relevância para a Allianz Portugal, de acordo com os requisitos de Solvência II é o risco de Mercado explicado pela estratégia de investimento da empresa, consubstanciada na atividade seguradora proveniente dos segmentos de Vida e Acidentes de Trabalho.

O perfil de risco resulta da estratégia de apetite de risco da Allianz Portugal cuja governação baseia-se na gestão dos riscos e dos seus limites.

Durante o ano de 2016 ocorreram várias mudanças a nível de ambiente de mercado, ações de gestão e mudanças de modelo de cálculo, impulsionadas tanto a nível regulatório como através de feedback obtido no processo de transição do regime de Solvência II para Solvência II, que tiveram um impacto no perfil de risco da Allianz Portugal.

Evolução a nível da regulação

Os resultados relativos ao ano de 2015 foram recalculados, de acordo, com as disposições legais dos artigos 17.º e 18.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento Delegado), em particular o n.º 3 do artigo 18.º contendo o enquadramento a aplicar ao limite dos contratos, em particular, no caso do seguro temporário anual renovável (TAR).

Neste artigo está definido que a empresa de seguros apenas poderá considerar que o contrato TAR assumirá uma natureza semelhante à de um contrato de longo prazo com prémios regulares fixos ou pré-determinados, caso renuncie, de forma comprovada, (i) ao direito unilateral de rescindir o contrato, (ii) ao direito unilateral de rejeitar os prémios a pagar ao abrigo do contrato e (iii) ao direito unilateral de alterar os prémios ou os benefícios a pagar ao abrigo do contrato, de modo a que os prémios reflitam integralmente os riscos. Sendo assim, o limite deste tipo de contratos corresponderia não à data da próxima renovação anual mas à data que assinala o fim do período abrangido pela renúncia.

Nesse seguimento, no ano de 2016 foram recalculados os resultados relativos ao ano 2015 de acordo com o artigo 18.º do Regulamento Delegado, pelo que os resultados referentes a 2015 divulgados no Relatório e Contas anterior não serão comparáveis com os resultados apresentados no presente Relatório.

Capitalização com Base nos Requisitos de Solvência II

O novo regime Solvência II entrou em vigor a 01/01/2016. Como pedras basilares deste novo regime destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, com vista a verificar uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários e acionistas.

A avaliação tendo por base os princípios económicos traduz-se numa maior volatilidade dos fundos próprios e dos requisitos de capital. O objetivo da Allianz Portugal é o de se encontrar bem capitalizada, mesmo após movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

A Allianz Portugal mantém-se bem capitalizada de acordo com os requisitos do regime de Solvência II. A Gestão da Allianz Portugal está confiante que a estrutura de governação da empresa é eficiente e que o controlo dos riscos e planos de ação disponíveis são capazes de assegurar todos os riscos incluindo os emergentes e os mais desafiantes.

A posição do capital é controlada de forma rigorosa tendo em conta todos os fatores mencionados e são realizados regularmente testes de stress com base em cenários adversos padrão. Estes controlos permitem à empresa tomar medidas que assegurem tanto uma base de capital como uma solvência sólida, de forma continuada.

Os valores apresentados correspondem ao requisito de capital calculado segundo a fórmula-padrão, com nível de confiança 99,50% e contêm o efeito de diversificação entre riscos e o efeito da capacidade de absorção das provisões técnicas, ou seja, correspondem aos resultados líquidos diversificados.

Rácio de Cobertura	Capitalização com base no regime de Solvência II			Euros
	2016	2015	Δ 16/15	
Fundos Próprios	157.716.410	178.602.959	-11,7%	
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	124.560.591	118.399.310	5,2%	
Rácio de Cobertura SCR	127%	151%	-24,2%	

No final do ano de 2016, a capitalização da Allianz Portugal com base nos princípios do regime de Solvência é de 127%. A descida de 24% no valor do rácio de solvência resulta tanto do impacto negativo da diminuição dos fundos próprios disponíveis como do aumento do capital de solvência requerido. A variação do requisito de capital foi maioritariamente influenciada pelo aumento do risco específico de seguros Não Vida e Saúde devido ao crescimento do negócio. Por outro lado, a redução dos fundos próprios disponíveis deve-se a um aumento do passivo superior à subida do valor do ativo, consequência do crescimento da companhia e da deterioração do rácio de sinistralidade verificada durante este ano que teve como resultado o aumento das provisões técnicas afetas a Não Vida.

A Allianz Portugal dirige as suas carteiras seguindo uma visão abrangente do risco e do retorno (ex. os resultados com base no modelo da fórmula-padrão e as análises de sensibilidade são ativamente utilizados no processo de decisão). Por um lado, os riscos económicos e de concentração são ativamente restringidos através de limites impostos, tal como mencionado anteriormente. Por outro lado, a Allianz Portugal usa a métrica de retorno do capital de risco (RoRC) na análise do segmento Não Vida e Vida. Esta métrica permite identificar as linhas de negócio e os produtos lucrativos de forma sustentável, isto é, que apresentam lucros favoráveis face ao capital de risco alocado. Portanto, este é um critério essencial na análise da alocação do capital de risco e no custo de capital.

Nas próximas secções é apresentada a evolução do perfil de risco da Allianz Portugal por categoria de risco. Todos os riscos estão apresentados antes dos efeitos de diversificação entre categorias de risco, sendo que a concentração de cada risco é discutido de forma individual.

Perfil de Risco

Os valores do requisito de capital para cada risco apresentado neste relatório reflete o perfil de risco da Allianz Portugal, tendo por base os valores de requisito de capital de cada categoria de risco antes dos efeitos de diversificação e o montante referente aos efeitos de diversificação. Assim, os valores de requisito de capital de cada categoria de risco refletem os efeitos de diversificação dentro da categoria de risco, mas não incluem os efeitos de diversificação entre as várias categorias de risco (riscos de mercado, crédito, específico de seguros e operacional). Finalmente, a diversificação do risco inclui os efeitos de diversificação entre todas as categorias de risco.

No final do ano de 2016, o risco total após efeitos de diversificação da Allianz Portugal é de € 124,6 milhões (2015: 118,4 milhões) representando um benefício por via da diversificação de aproximadamente 48% (2015: 53%).

Requisito de Capital	Requisito de Capital de Solvência				Euros
	2016	%	2015	%	Δ 16/15
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	124.560.591	100%	118.399.310	100%	5,2%
• Risco de Mercado	50.201.376	40,3%	54.005.168	45,6%	-7,0%
• Risco de Contraparte	14.071.439	11,3%	18.758.983	15,8%	-25%
• Risco Específico de Seguros	104.902.275	84,2%	101.172.064	85,4%	3,7%
• Risco Operacional	24.024.025	19,3%	21.373.461	18,1%	12,4%
• LAC - DT	-8.488.400	-6,8%	-13.998.232	-11,8%	-39,4%
• Diversificação de Risco	-60.150.124	-48,3%	-62.912.134	-53,1%	-4,4%

Na secção Riscos Quantificáveis encontra-se uma explicação mais detalhada dos riscos referentes a cada uma das categorias apresentadas.

Riscos Quantificáveis

Risco de Mercado

A Allianz Portugal tem como característica inerente da sua operação seguradora o investimento dos prémios recebidos num leque variado de ativos. Dado o perfil da sua atividade seguradora, apesar de não estar limitada ao investimento em ativos de renda fixa esta investe o seu capital maioritariamente nesta classe de ativos. Desta forma, as suas carteiras de investimento estão dependentes dos mercados financeiros e, assim, o seu valor pode variar ao longo do tempo, estando expostas ao risco de mercado.

O Risco de Mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de um alocação estratégica anual dos ativos (strategic asset allocation), que pode ser revista durante o ano.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos é efetuada pelo Comité Financeiro.

A Gestão de Ativos e Passivos, do ano 2016, foi efetuada utilizando uma metodologia designada por ALM (Asset Liability Management).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

- Análise gap duration de ativos e passivos;
- Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrirem as responsabilidades existentes);
- Análise de liquidez ao longo da vida do produto
- Análise de risco reinvestimento e risco de preço

No caso do segmento Vida são usadas técnicas como a replicação de portfólios de forma a integrar de modo mais eficiente os passivos deste segmento.

A alocação de ativos representa os valores de requisito de capital da seguinte forma:

Requisito de Capital	Risco Mercado				Euros Δ 16/15
	2016	%	2015	%	
Risco Mercado	50.201.376	100%	54.005.168	100%	-7%
• Risco de Taxa de Juro	5.424.881	10,8%	5.368.551	9,9%	1%
• Risco de Ações	1.629.876	3,2%	1.587.378	2,9%	2,7%
• Risco Imobiliário	14.429.147	28,7%	16.351.228	30,3%	-11,8%
• Risco de Spread	39.169.050	78%	38.510.758	71,3%	1,7%
• Risco Concentração	7.033.069	14%	8.449.631	15,6%	-16,8%
• Diversificação de Risco	-17.484.647	-34,8%	-16.262.378	-30,1%	7,5%

O risco de mercado da Allianz Portugal apresenta uma diminuição explicada pela redução dos riscos de imobiliário e de concentração, que são também os riscos com maior variação entre períodos.

Risco da Taxa de Juro

O requisito de capital do risco da taxa de juro aumentou em 1% para a Allianz Portugal. Este risco advém principalmente de obrigações com taxas de juro fixas e de empréstimos no lado dos ativos, tal como obrigações corporativas e resseguros adquiridos. Por outro lado, o movimento descendente da taxa de juro sem risco aumenta o valor da Melhor Estimativa de Acidentes de Trabalho, fundamentalmente, por ser um ramo de longo prazo, traduzindo-se num aumento do mismatch entre ativos e passivos, que tem também um efeito de subida do requisito de capital do risco da taxa de juro.

Risco de Ações

O risco referente a ações da Allianz Portugal compõe uma parte relativamente pequena do risco de mercado dada a política de investimento da Companhia. Nos períodos em análise houve um aumento do requisito de capital desta classe de risco devido ao aumento do valor de mercado dos títulos das ações detidas pela Allianz Portugal.

Risco Imobiliário

Em 2016, o requisito de capital do risco imobiliário desceu aproximadamente € 2 milhões, devido à venda de imóveis classificados como para fins de rendimento.

Risco de Spread

O cálculo do requisito de capital do risco da taxa de juro tem por base o risco de perdas nos fundos de base que resultem da diminuição da avaliação de crédito de um determinado título financeiro por parte de uma ECAI reconhecida.

Ao nível do risco de Spread verifica-se um aumento de 1,7% resultante do aumento na exposição a obrigações corporativas decorrente de uma diminuição de títulos de dívida soberana em carteira. Adicionalmente, na carteira de Vida houve um aumento da exposição a títulos com rating BB+ acompanhada de uma diminuição do valor de ativos detidos nas três categorias de rating superiores. Em contrapartida, a carteira de Não Vida, que tem um valor de ativos investidos menor, aumentou a sua exposição a ativos com melhor rating por uma diminuição dos ativos com rating BB e BB+. As informações referentes ao rating dos ativos detidos em carteira, são apresentadas na seção do risco de contraparte.

Risco de Concentração

O requisito de capital do risco de concentração entre 2015 e 2016 reduziu em aproximadamente 16,8%. O cálculo do requisito de capital referente a este risco é realizado com base nas exposições individuais, sendo que, esta diminuição é explicada maioritariamente pelo decréscimo da exposição individual explicada por uma estratégia de investimento mais diversificada face ao ano anterior.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia (rating) ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

De forma a cumprir da forma mais correta as especificações de Solvência II, a modelização deste risco tem sido aperfeiçoada, nomeadamente, através da revisão dos ratings das entidades resseguradoras da Allianz Portugal.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Antecipadamente é definida qual a exposição por emitente que se quer aceitar e é realizada uma monitorização periódica da carteira, de forma a verificar se esta se encontra dentro dos níveis pré-estabelecidos. Assim, a gestão do nosso portfólio é feita de acordo com os limites estabelecidos e todas as medidas necessárias são tomadas para que estes limites não sejam ultrapassados. Para além disso, a estratégia de investimento com base no longo-prazo permite não só manter os rendimentos da carteira estáveis mesmo sob condições de mercado adversas, mas também obter retornos durante todo o período de retenção dos investimentos.

Com esta ferramenta garantimos que não ficamos sobre-expostos, antecipando a possibilidade de essa situação ocorrer.

Requisito de Capital	Risco de contraparte				Euros
	2016	%	2015	%	Δ 16/17
Risco de Contraparte	14.071.439	100%	18.758.983	100%	-25%
• Risco de contraparte Tipo 1	9.551.132	67,9%	14.170.093	75,5%	-32,6%
• Risco de contraparte Tipo 2	5.410.228	38,4%	5.622.142	30%	-3,8%
• Diversificação do Risco	-889.921	-6,3%	-1.033.252	-5,5%	-13,9%

Durante o ano de 2016 verificamos um decréscimo no risco de crédito proveniente das melhorias efetuadas na modelização deste risco.

O quadro seguinte apresenta a qualidade creditícia (rating) dos emitentes de todas as obrigações (com base em ratings externos):

Ratings	2016				2015				Euros
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%	
AAA	21.852.121	3,5%	35.975.459	9,2%	22.277.826	3,8%	26.659.762	7,0%	
AA	86.149.829	13,9%	62.003.170	15,9%	104.270.227	17,8%	65.525.563	17,1%	
AA+	3.141.263	0,5%	0	0,0%	3.415.463	0,6%	0	0,0%	
AA-	32.976.157	5,3%	18.775.097	4,8%	12.458.687	2,1%	5.952.181	1,5%	
A	29.506.746	4,8%	6.784.334	1,7%	34.634.407	5,9%	5.497.088	1,4%	
A+	32.716.548	5,3%	15.028.378	3,9%	45.720.492	7,8%	16.464.567	4,3%	
A-	20.642.185	3,3%	7.214.598	1,9%	12.250.758	2,1%	5.717.022	1,5%	
BBB	299.701.018	48,4%	140.030.248	35,9%	292.172.076	50,0%	123.418.851	32,2%	
BBB+	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
BBB-	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
BB	0	0,0%	0	0,0%	3.549.068	0,6%	3.333.855	0,9%	
BB+	93.079.992	15,0%	103.922.483	26,7%	53.656.976	9,2%	130.820.717	34,1%	
BB-	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
B	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
B+	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
C	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
CC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
CCC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
NR	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
Total	619.765.859	100%	389.733.767	100,0%	584.405.980	100%	383.389.606	100,0%	

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

Um dos objetivos da política de investimentos e de resseguro da Allianz Portugal é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, como é possível verificar nos quadros em baixo:

Obrigações corporate e ações por tipo de Indústria	2016				2015			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Instituições Financeiras	152.885.524	39,4%	83.116.252	41,6%	178.293.495	46,8%	99.671.854	55,7%
Matérias Primas	10.878.084	2,8%	15.189.481	7,6%	18.652.648	4,9%	11.418.369	6,3%
Comunicações	68.356.178	17,6%	27.343.665	13,7%	58.374.818	15,3%	24.511.921	13,7%
Consumíveis Cíclicos	10.653.890	2,7%	939.780	0,5%	12.958.853	3,4%	864.504	0,5%
Consumíveis Não Cíclicos	18.057.017	4,7%	11.224.047	5,6%	5.156.948	1,4%	1.629.616	0,9%
Energia	58.658.795	15,1%	21.346.331	10,7%	35.627.687	9,4%	5.682.882	3,2%
Indústria	874.350	0,2%	0	0,0%	851.924	0,2%	0	0,0%
Diversos	67.913.056	17,5%	40.845.928	20,4%	70.847.007	18,6%	35.274.072	19,7%
Total	388.276.894	100%	200.005.484	100%	380.763.379	100%	179.053.218	100%

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber e obrigações com garantias estatais que são excluídas para o efeito desta análise.

Apesar da ampla exposição a entidades financeiras é possível verificar uma diminuição da concentração neste tipo de emittentes quando observada a soma dos dois segmentos de Vida e Não Vida. De igual forma, no sentido de aumentar a diversificação do investimento entre indústrias, verificou-se um crescimento ao nível dos Consumíveis Não Cíclicos em ambos os segmentos.

Ativos por Zona Geográfica	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Zona Euro	942.355.849	89,6%	933.096.077	93,0%
Portugal	194.817.522	18,5%	197.817.388	19,7%
França	121.372.908	11,5%	126.381.801	12,6%
Espanha	324.419.147	30,9%	368.112.460	36,7%
Alemanha	12.174.803	1,2%	8.332.269	0,8%
Holanda	111.069.209	10,6%	94.131.197	9,4%
Bélgica	34.942.993	3,3%	1.385.276	0,1%
Itália	103.363.889	9,8%	109.147.864	10,9%
Áustria	8.149.799	0,8%	5.861.719	0,6%
Irlanda	8.631.889	0,8%	3.225.339	0,3%
Outros	23.413.690	2,2%	18.700.764	1,9%
Fora da Zona Euro	86.126.882	8,2%	59.956.847	6,0%
EUA	22.475.273	2,1%	6.263.020	0,6%
Reino Unido	53.155.578	5,1%	41.666.587	4,2%
Outros	10.496.031	1%	12.027.240	1,2%
Supranacionais	22.743.314	2,2%	9.771.560	1,0%
Total	1.051.226.045	100%	1.002.824.484	100%

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros representa o risco de perdas provocadas pela comercialização de contratos de seguro, desenvolvimento de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro. A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e de desenvolvimento dos produtos, tendo definido requisitos mínimos estandardizados de risco. Estes requisitos não só são cumpridos no desenvolvimento e aprovação de novos produtos, mas também em mudanças significativas nos produtos existentes.

Relativamente às políticas de subscrição, estão definidos standards mínimos de risco para a subscrição, cujo grande objetivo é proteger a Companhia de riscos excessivos e suportar a otimização de risco/retorno, documentando as respetivas responsabilidades. Por sua vez, as tarifas aplicadas são construídas com base em técnicas atuariais e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

Risco Específico de Seguros do Segmento Vida

O risco específico de Seguros do Segmento Vida é composto pelo risco de mortalidade, longevidade, catastrófico, resgate e despesas. Os riscos de mortalidade, longevidade e catastrófico consistem no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos de taxa de mortalidade. Enquanto o risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nas taxas de descontinuidade. O risco de despesas por sua vez consiste no risco de perdas originadas por um aumento nas despesas e taxa de inflação consideradas no cálculo das provisões técnicas.

No segmento Vida a exposição ao risco de longevidade não é material dado que as rendas vitalícias representam apenas cerca de 1% do nosso portfólio.

Estes riscos apresentaram no final do ano os seguintes resultados:

Requisito de Capital	Risco Específico de Vida				Euros
	2016	%	2015	%	Δ 16/15
Requisito Específico de Vida	9.385.721	100%	13.435.594	100%	-30,1%
• Risco de Mortalidade	822.777	8,8%	889.747	6,6%	-7,5%
• Risco Catastrofico	4.399.303	46,9%	4.429.703	33%	-0,7%
• Risco de Resgate	6.034.841	64,3%	10.409.138	77,5%	-42%
• Risco de Despesas	1.613.816	17,2%	1.797.709	13,4%	-10,2%
• Diversificação de Risco	-3.485.016	-37,1%	-4.090.704	-30,4%	-14,8%

No final de 2016, o risco específico do segmento Vida sofreu uma redução de 30,1% explicada em grande parte pela redução do risco de resgate (diminuição de 42%).

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Não Vida

O risco de prémios e reservas consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios ou de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo não adequadas ou insuficientes. O risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas na descontinuidade de certas apólices de seguro. O risco catastrófico consiste no risco de perdas originadas por um evento inesperado de origem natural ou humana.

O quadro seguinte sumariza o consumo de capital relativo aos riscos específicos de seguros de Não Vida:

Requisito de Capital	Risco Específico de Vida				Euros Δ 16/15
	2016	%	2015	%	
Requisito Específico de Não Vida	58.003.679	100%	51.444.927	100%	12,7%
• Risco de Prémios e Reservas	49.620.098	85,5%	47.454.808	92,2%	4,6%
• Risco de Resgate	332.329	0,6%	355.526	0,7%	-6,5%
• Risco Catastrófico	20.091.848	34,6%	11.271.611	21,9%	78,3%
• Diversificação de Risco	-12.040.596	-20,8%	-7.637.018	-14,8%	57,7%

O risco específico de Não Vida aumentou 12,7% entre os anos de 2016 e 2015 devido a um forte aumento de 78,3% do risco catastrófico e também, em parte, pelo aumento de 4,6% do risco de prémios e reservas, que corresponde ao risco com maior representação dentro desta categoria de risco.

O risco catastrófico teve um forte aumento no ano de 2016 devido a melhorias na aplicação dos tratados de resseguro da Allianz Portugal resultando num aumento significativo deste risco. Por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento no volume de prémios recebidos no segmento Não Vida.

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Acidentes e Doença

O módulo de risco específico de Acidentes e Doença encontra-se dividido nos submódulos de acidentes e doença STV (semelhante a técnicas de Vida), acidentes e doença NSTV (não semelhante a técnicas de Vida) e risco catastrófico de acidentes e doença.

O quadro seguinte apresenta o consumo de capital por parte destes riscos:

Requisito de Capital	Risco Específico de Acidentes e Doença				Euros Δ 16/15
	2016	%	2015	%	
Risco Específico de Acidentes e Doença	37.512.875	100%	36.291.543	100%	3,4%
• Acidentes e Doença STV	11.636.652	31%	10.553.144	29,1%	10,3%
Risco de Longevidade	8.055.065	21,5%	7.410.345	20,4%	8,7%
Risco de Despesas	720.592	1,9%	347.753	1%	107,2%
Risco de Revisão	6.154.848	16,4%	5.664.621	15,6%	8,7%
Diversificação de Risco	-3.293.853	-8,8%	-2.869.575	-7,9%	14,8%
• Acidentes e Doença NSTV	28.092.427	74,9%	24.416.806	67,3%	15,1%
Risco e Prémios e Reservas	28.090.768	74,9%	24.416.806	67,3%	15%
Risco de Resgate	305.278	0,8%	0	-	n.a
Diversificação do Risco	-303.619	-0,8%	0	-	n.a
• Risco Catastrófico	6.016.644	16%	11.952.532	32,9%	-49,7%
• Diversificação do Risco	-8.232.848	-21,9%	-10.630.939	-29,3%	-22,6%

No ano de 2016 verificou-se um ligeiro aumento de 3,4% no risco específico de acidentes e doença. Este aumento resulta de uma subida do requisito de capital em ambos os módulos de acidentes e doenças STV e NSTV de 10,3% e 15,1%, respetivamente, compensada pela diminuição do risco catastrófico em 49,7% e da diversificação entre estes riscos (igual a -22,6%). O risco catastrófico foi afetado por melhorias na calibração dos cenários de Concentração de Acidentes e Acidentes em Massa, resultando num decréscimo deste risco. Por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento no volume de prémios recebidos nos ramos Saúde e Acidentes de Trabalho.

Riscos Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes da falha ou da inadequação de processos ou sistemas internos, do erro humano ou do comportamento humano inadequado, ou de eventos externos.

Requisito de Capital	Risco Operacional		Euros
	2016	2015	Δ 16/15
Risco Operacional	24.024.025	21.373.461	12,4%

O aumento de 12,4% no requisito de capital para o risco operacional em 2016 deve-se ao aumento do valor dos prémios obtidos.

Outros Riscos

Riscos de Liquidez

O risco de liquidez, ou seja, o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo é monitorizado usando a metodologia ALM. Este tipo de risco surge principalmente se houver um mismatch entre a periodicidade dos fluxos de caixa dos ativos e dos passivos.

O principal objetivo da Allianz Portugal aquando do planeamento e gestão da posição de liquidez é garantir que todas as obrigações de pagamento estão asseguradas. Como forma de cumprir este objetivo, a empresa monitoriza e faz uma previsão regular da sua liquidez de curto-prazo, submetendo-a ainda a um limite absoluto mínimo de forma a permitir a sua proteção face a eventuais crises de liquidez. A liquidez de curto-prazo é, ainda, gerida através de uma ferramenta central disponibilizada pelo Grupo Allianz chamada "cash pool". Em último lugar, a Allianz Portugal aplica requisitos de contingência de liquidez que incluem a não capacidade de acesso a mercados de capitais externos e cenários combinados de risco de mercado e catastrófico.

A análise da maturidade dos ativos e passivos é apresentada na nota 6.6.

Riscos Reputacional

O risco reputacional é descrito como o risco de uma queda inesperada do valor do preço das ações da Allianz, do valor do negócio estabelecido ou do valor do negócio futuro devido a perdas de reputação da marca Allianz. Todos os departamentos da Allianz Portugal trabalham de forma cooperativa na identificação do risco reputacional. A área de Comunicação é responsável pela avaliação e pelas tomadas de decisão sobre os riscos reputacionais, e pela gestão dos problemas reputacionais.

As decisões sobre riscos reputacionais individuais são integradas na estrutura geral de gestão de risco da Allianz Portugal e, assim, estes riscos são identificados e analisados num processo anual interno chamado "Top Risk Assessment" onde a gestão de topo toma decisões face à estratégia de gestão de risco e ações decorrentes deste. Por último, esta análise é complementada trimestralmente e a gestão do risco reputacional é realizada numa base de caso-a-caso.

Análise de Sensibilidade

A Allianz Portugal efetua análises regulares de stress testing que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos de situações adversas e a medição dos efeitos de várias estratégias de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade dos fundos próprios da Allianz Portugal, em 31 de Dezembro de 2016, a alterações de fatores de ordem financeira e não financeira:

Análise de Sensibilidade	Choque	milhões de euros
		Impacto nos Capitais Próprios
		31.12.2016
Ações	-30%	-0,8
Taxas de Juro	100 pb.	-3,8
Taxas de Juro	-100 pb.	-5,2
Spread*		-19,0
Ações	-30%	-6,0
Taxa de Juro	-100 pb.	

* Sensibilidade de Spread calculada considerando um choque de 0pb para títulos de garantia AAA e títulos soberanos AAA/AA, exceto Áustria; 50pb para títulos soberanos emitidos por França, Bélgica e Áustria e títulos corporativos não-financeiros AAA/AA; 100pb para todos os títulos A e AAA/AA não mencionados; 150pb para todos os títulos BBB e com ratings inferiores.

Em 31 de Dezembro de 2016, entre as várias análises de stress testing, os fundos próprios observam uma maior sensibilidade ao choque de spread. Este resultado deve-se essencialmente ao facto da carteira da Allianz Portugal ser composta por uma maior componente de títulos com um rating igual ou inferior a BBB em comparação com o capital investido em títulos de garantia AAA e títulos soberanos AAA/AA.

Plano de Continuidade

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações, equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo a prestação de serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar, a segurança e bem-estar dos trabalhadores, manutenção da comunicação interna, continuidade dos processos críticos de negócio, cumprimento de obrigações contratuais, gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informáticos e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos “abertos”).

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

Governança de Risco

Princípios de Governança de Risco

A Allianz Portugal considera o controlo de risco como uma das suas competências centrais. Desta forma, os princípios de governança de risco integram todas as unidades de negócio da Companhia, destacando-se os seguintes:

- Fomentar uma cultura de gestão de risco sólida, apoiada por uma estrutura de governança de risco robusta;
- Aplicar de forma consistente um modelo integral de capital de risco sobre todas as unidades de negócio, protegendo a base de fundos próprios e apoiando a gestão de capital efetiva;
- Integrar considerações do risco e de requisitos de capital na gestão e processo de decisão, pela atribuição do risco e alocação de capital às várias unidades de negócio.

O apetite de risco da Allianz Portugal é definido pela sua estratégia de risco e imposição de limites. O risco é observado e reportado em detalhe, permitindo detetar eventuais desvios à tolerância de risco numa fase inicial do mesmo. Com o intuito de garantir o interesse dos acionistas e os requisitos impostos pelo regulador, os princípios de governança de risco acrescentam valor à Companhia através de quatro componentes principais:

Subscrição e identificação de risco: os princípios sólidos de subscrição e identificação do risco estabelecem as pedras basilares da adequação do risco e das decisões a tomar, tais como a aprovação de transações individuais e alocação estratégica de ativos. Estes princípios incluem a avaliação e os padrões de risco, métodos de avaliação e padrões mínimos de subscrição claros.

Reporte e monitorização de risco: o nosso abrangente reporte de riscos qualitativos e quantitativos e princípios de monitorização fornecem os indicadores de risco e a transparência necessária à tomada de decisões por parte da gestão de topo em relação ao risco geral da Companhia e se este risco se encontra dentro dos limites aceites e alocado à equipa certa.

Estratégia e apetite de risco: a nossa estratégia de risco define claramente o nosso apetite de risco. Esta garante que os retornos são apropriados face aos riscos assumidos e que as funções encarregadas estão em linha com a nossa capacidade de suportar o risco. Este perfil de risco e retorno é melhorado a partir de considerações sobre a integração do risco e das necessidades de capital no processo de decisão. Tal permite não só manter uma estratégia de risco e objetivos de negócio consistentes, mas também aproveitar oportunidades dentro dos níveis de tolerância de risco.

Comunicação e transparência: a divulgação transparente e robusta proporciona a base para a comunicação desta estratégia para todas as partes externas e internas interessadas, garantindo um impacto positivo e sustentável na avaliação da Companhia e no seu financiamento. Adicionalmente, esta divulgação fortalece a consciencialização face ao risco e à cultura de risco da Allianz Portugal.

Estrutura de Governação de Risco

A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional desde 2005, um Departamento de Controlo de Risco, sendo que o seu responsável reporta diretamente ao responsável da Direção de Planeamento Estratégico.

Por sua vez, o principal objetivo do Comité de Risco é promover o cumprimento das políticas, limites e guidelines e contribuir para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos que proactivamente contribuam para identificar e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

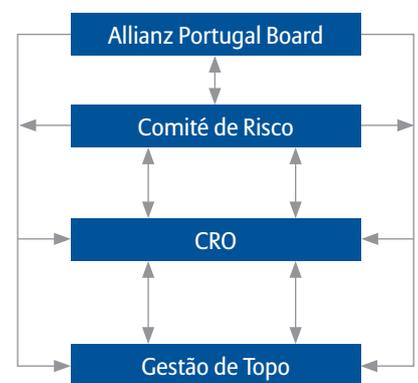
Como uma entidade prestadora de serviços financeiros, a Allianz Portugal considera a aceitação e a gestão de risco como parte integrante nas suas atividades e competências. Como tal, a tomada de decisão da Administração integra as considerações de risco e as necessidades de capital.

Por sua vez, a Administração é responsável pela Estratégia de Risco. Esta é definida anualmente e reflete o risco que a Companhia está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

Por sua vez, a Política de Risco aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia definindo os seus princípios fundamentais, bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação.

Responsabilidades

Allianz Portugal Board	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a política e a estratégia de risco • Definir limites
Comité de Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendar/aprovar ações para mitigar os riscos. • Definir limites • Promover a cultura de risco
CRO	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir proativamente os riscos de acordo com as políticas e limites existentes • Monitorizar a Solvência e o perfil de risco • Reportar e comunicar.
Gestão de Topo	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que é efetuado todo o processo de gestão de riscos (identificação, avaliação e mitigação), bem como assegurar a existência dos mecanismos necessários à sua monitorização e controlo.



Nota: Os pontos não indicados neste anexo, não têm aplicação, ou não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Inventário dos Títulos e Participações
Financeiras
Companhia de Seguros Allianz Portugal

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Anexo I - Consolidado

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Total
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							
11	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS 1.1 - Nacionais 1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo ... sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
12	1.2 - Estrangeiras 1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo ... sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
11+ 12	total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2 - OUTROS TÍTULOS 2.1 - Nacionais 2.1.1 - Títulos de rendimento fixo 2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	OBRIGACOES DO TESOURO PORTUGAL 4,1% 15/04/2037	0,00	5.000.000,00	100,00%	102,60%	5.130.204,00	95,90%	4.794.750,00
PTOTEAOE0021	PGB4,95 10/23	0,00	20.850.000,00	100,00%	99,92%	20.833.258,94	111,36%	23.217.517,50
PTOTEBOE0020	OBRIGACOES DO TESOURO 4,1% 15.02.2045	0,00	22.200.000,00	100,00%	98,12%	21.781.618,00	91,11%	20.226.420,00
PTOTECOE0029	OBRIGACOES DO TESOURO 4,80% 06/15/2020	0,00	18.950.000,00	100,00%	101,92%	19.314.518,26	111,59%	21.145.357,50
PTOTEKOE0011	TESORO PORTUGAL 2,875% 15.10.2025	0,00	8.650.000,00	100,00%	99,27%	8.586.906,50	94,87%	8.206.255,00
PTOTEMOE0027	OBRIGACOES DO TESOURO 4,75% 06/14/2019	0,00	16.110.000,00	100,00%	101,38%	16.332.134,95	110,02%	17.725.027,41
PTOTENOE0018	OBRIG DO TES MEDIO PRAZO 4,45% 6/15/2018	0,00	10.400.000,00	100,00%	96,36%	10.021.839,62	106,38%	11.063.000,00
PTOTEQOE0015	OBRIGACOES DO TESOURO 5,65% 15.02.2024	0,00	7.000.000,00	100,00%	117,12%	8.198.128,77	114,50%	8.015.000,00
PTOTEROE0014	OBRIGACOES DO TESOURO PORTUGAL 3,875% 15.02.2030	0,00	11.850.000,00	100,00%	104,28%	12.356.788,00	95,78%	11.349.337,50
PTOTESOE0013	OBRIGACOES DO TESOURO 2,20% 17.10.2022	0,00	10.150.000,00	100,00%	97,56%	9.902.710,50	98,71%	10.018.557,50
PTOTETOE0012	OBRIGACOES TESOURO PORTUGAL 2,875% 21.07.2026	0,00	16.900.000,00	100,00%	98,22%	16.599.912,00	92,97%	15.711.085,00
PTOTEYOE0007	OBRIGACOES DO TESOURO 3.85% 04/15/2021	0,00	11.650.000,00	100,00%	92,03%	10.721.641,51	108,08%	12.591.320,00
	... sub-total	0,00	159.710.000,00			159.779.661,05		164.063.627,41
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
PTCFPAOM0002	COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17% 10/16/2019	0,00	5.300.000,00	100,00%	100,01%	5.300.303,94	107,71%	5.708.789,00
PTCPEHOM0006	REFER-REDE FERROVIARIA 5.875% 2/18/2019	0,00	3.950.000,00	100,00%	100,63%	3.974.869,74	110,21%	4.353.295,00
PTMTLDOM0005	METROPOLITANO DE LISBOA 5.75% 2/4/2019	0,00	6.900.000,00	100,00%	100,02%	6.901.491,26	109,15%	7.531.626,00
	... sub-total	0,00	16.150.000,00			16.176.664,94		17.593.710,00
	2.1.1.3 - De outros emissores							
PTCG2YOE0001	Caixa Geral de Depósitos 4,25% 01/27/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,84%	2.995.150,71	112,12%	3.363.510,00
XS0223447227	EDP 4.125% 29/06/2020	0,00	1.200.000,00	100,00%	109,25%	1.311.000,00	111,22%	1.334.604,00
XS0831842645	EDP FINANCE 5,75% 21/09/2017	0,00	1.500.000,00	100,00%	106,17%	1.592.500,00	104,06%	1.560.825,00
XS0970695572	EDP 4,875 14/09/2020	0,00	2.300.000,00	100,00%	104,00%	2.392.000,00	114,20%	2.626.692,00
XS0995380580	EDP 4.125% 20/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,55%	1.075.500,00	111,78%	1.117.750,00
XS1057345651	EDP 2,625% 15/04/2019	0,00	2.600.000,00	100,00%	100,09%	2.602.320,00	104,70%	2.722.096,00

XS1111324700	EDP 2,625% 18/01/2022	0,00	10.500.000,00	100,00%	99,35%	10.432.120,00	105,61%	11.088.859,99
XS0399353506	EDP 0 12/11/23	0,00	2.000.000,00	100,00%	78,21%	1.564.279,61	87,38%	1.747.500,00
	sub-total	0,00	24.100.000,00			23.964.870,32		25.561.836,99
211	sub-total	0,00	199.960.000,00			199.921.196,31		207.219.174,40
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Ações							
PTBPI0AM0004	BANCO BPI SA.- REG SHS	2.190.384,00	0,00		1,06	2.311.536,55	1,13	2.475.133,90
921910013401	PREVISAO	17.500,00	0,00		4,28	74.939,89	3,77	65.921,45
921910012401	FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA SA	50.000,00	0,00		4,99	249.398,95	7,43	371.303,50
921910046401	Lusitania Seguros	191,00	0,00		0,00	0,00	6,01	1.147,68
921910034001	CASTIL PARQUE	200,00	0,00		1295,63	259.125,51	1413,66	282.731,09
921910018101	C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148.842,00	0,00		0,70	104.747,56	2,71	402.967,38
	sub-total	2.407.117,00	0,00			2.999.748,46		3.599.205,00
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
...	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITORIOS - FUNDO	1.349.235,00	0,00		4,90	6.607.910,10	3,79	5.114.545,11
PTNOFCIM0006	LOGISTICA E DISTRIBUICAO - F	300.000,00	0,00		6,24	1.872.880,00	3,09	926.010,00
	sub-total	1.649.235,00	0,00			8.480.790,10		6.040.555,11
	2.1.2.4 - Outros							
921910003001	AUDATEX PORTUGAL SA	520,00	0,00		249,40	129.687,45	301,76	156.915,83
	sub-total	520,00	0,00			129.687,45		156.915,83
212	sub-total	4.056.872,00	0,00			11.610.226,01		9.796.675,94
211+212	total	4.056.872,00	199.960.000,00			211.531.422,32		217.015.850,34
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
AT0000383864	REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	0,00	740.000,02	100,00%	132,25%	978.668,53	160,68%	1.189.069,03
AT0000385745	REPUBLIC OF AUSTRIA 4,65% 1/15/2018	0,00	1.850.000,00	100,00%	107,65%	1.991.444,38	105,52%	1.952.194,00
BE0000291972	BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	0,00	200.000,00	100,00%	115,65%	231.305,01	152,90%	305.808,00
BE0000320292	BELGIUM KINGDOM 4,25 28/03/2015	0,00	400.000,00	100,00%	158,48%	633.928,00	160,27%	641.092,00
BE0000332412	BGB 2,6% 22/06/2024	0,00	13.000.000,00	100,00%	118,29%	15.378.100,00	118,15%	15.360.020,00
BE0000336454	BGB 1,9% 22/06/2038	0,00	500.000,00	100,00%	110,35%	551.765,00	111,87%	559.340,00
BE00008063126	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2028	0,00	2.000.000,00	100,00%	93,19%	1.863.839,18	91,90%	1.838.040,00
BE00008071202	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2035	0,00	2.500.000,00	100,00%	82,66%	2.066.399,95	79,86%	1.996.600,00
BE00008072218	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2036	0,00	2.400.000,00	100,00%	80,92%	1.942.031,71	77,28%	1.854.696,00
BE00008074230	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2038	0,00	2.000.000,00	100,00%	78,80%	1.575.971,67	73,73%	1.474.640,00
BE00008075245	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2039	0,00	2.600.000,00	100,00%	76,74%	1.995.144,22	71,91%	1.869.738,00
BE00008076250	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2040	0,00	1.900.000,00	100,00%	75,11%	1.427.033,67	70,09%	1.331.786,00
BE00008077266	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2041	0,00	1.800.000,00	100,00%	73,87%	1.329.596,30	69,21%	1.245.852,00
BE00008521826	BELGIUM BE STRIP 0% 22/06/2034	0,00	1.600.000,00	100,00%	84,24%	1.347.849,86	81,28%	1.300.496,00
ES00000120I8	ESTADO3,8 01/17	0,00	15.000.000,00	100,00%	105,64%	15.845.500,00	100,31%	15.046.500,00
ES00000121L2	ESTADO 4,6% 30/07/2019	0,00	3.000.000,00	100,00%	108,55%	3.256.600,00	112,09%	3.362.550,00
ES00000121O6	ESTADO 4,30% 31/10/19	0,00	7.500.000,00	100,00%	110,41%	8.280.700,00	112,30%	8.422.500,00
ES00000122D7	ESTADO4% 04/20	0,00	2.680.000,00	100,00%	100,21%	2.685.529,20	113,10%	3.031.080,00
ES00000122E5	ESTADO4,65 0725	0,00	7.500.000,00	100,00%	106,83%	8.012.233,31	127,98%	9.598.500,00
ES00000122T3	ESTADO4,85 1020	0,00	10.700.000,00	100,00%	116,75%	12.492.530,00	117,97%	12.622.790,00
ES00000123B9	ESTADO5,5 04/21	0,00	5.700.000,00	100,00%	124,56%	7.099.785,00	122,73%	6.995.325,00
ES00000123K0	ESTADO5,85 01/22	0,00	19.050.000,00	100,00%	120,41%	22.938.975,00	127,37%	24.263.032,50
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/01/2023	0,00	5.000.000,00	100,00%	124,80%	6.240.100,00	128,31%	6.415.500,00
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/2023	0,00	2.600.000,00	100,00%	116,63%	3.032.301,46	123,66%	3.215.030,00
ES00000124I1	ESTADO 5,75% 07/32	0,00	2.100.000,00	100,00%	159,73%	3.354.330,00	152,17%	3.195.465,00
ES00000124B7	SPGB 3,75% 31/10/2018	0,00	5.000.000,00	100,00%	102,79%	5.139.360,00	107,45%	5.372.250,00
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/2028	0,00	6.200.000,00	100,00%	135,89%	8.425.220,00	138,25%	8.571.190,00

ES00000124V5	SPGB 2,75% 30/04/2019	0,00	5.000.000,00	100,00%	101,77%	5.088.250,00	106,79%	5.339.500,00
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/2024	0,00	7.000.000,00	100,00%	102,98%	7.208.260,00	120,06%	8.403.850,00
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/2024	0,00	1.750.000,00	100,00%	111,26%	1.947.116,62	112,43%	1.967.525,00
ES00000126Z1	SPGB 1,6 30/04/25	0,00	1.000.000,00	100,00%	103,01%	1.030.140,00	103,47%	1.034.700,00
FR0000189151	ESTADO FR. 4/2019	0,00	1.650.000,00	100,00%	119,26%	1.967.790,00	111,39%	1.837.935,00
FR0000571085	FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	0,00	3.600.000,00	100,00%	152,85%	5.502.600,00	153,70%	5.533.308,00
FR0010143743	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 4% 10/25/2019	0,00	10.150.000,00	100,00%	103,56%	10.511.269,04	112,76%	11.445.140,00
FR0010198036	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 3,75% 10/25/2020	0,00	3.500.000,00	100,00%	101,50%	3.552.427,50	115,80%	4.052.999,99
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	0,00	2.600.000,00	100,00%	107,20%	2.787.071,51	128,46%	3.340.064,00
FR0010517417	FRANCE 4,25% 25/10/2017	0,00	650.000,00	100,00%	113,80%	739.712,11	104,10%	676.637,00
FR0010670737	FRANCE4,25 1018	0,00	1.785.000,00	100,00%	118,60%	2.116.976,00	109,01%	1.945.846,35
FR0010776161	FRANCE3,75% 10/19	0,00	2.850.000,00	100,00%	116,31%	3.314.805,00	112,34%	3.201.775,50
FR0010809533	FRANCE STRIP 25/04/2047	0,00	200.000,00	100,00%	68,46%	136.914,09	56,88%	113.758,00
FR0010809640	FRANCE STRIP 25/04/2053	0,00	400.000,00	100,00%	60,21%	240.843,60	50,11%	200.452,00
FR0010854182	FRANCE 3,5% 25/04/2020	0,00	10.700.000,00	100,00%	114,11%	12.209.320,00	113,43%	12.136.930,96
FR0010871038	FRANCE STRIP 25/04/2056	0,00	400.000,00	100,00%	56,32%	225.260,92	46,89%	187.540,00
FR0010871079	FRANCE STRIP 25/04/2060	0,00	500.000,00	100,00%	52,00%	259.985,00	43,62%	218.080,00
FR0010949651	France 2.5 25/10/2020	0,00	5.000.000,00	100,00%	106,49%	5.324.500,00	111,37%	5.568.250,00
FR0011059088	Francia 3.25 25/10/2021	0,00	500.000,00	100,00%	109,46%	547.300,00	117,06%	585.290,00
FR0011192392	CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25	0,00	4.000.000,00	100,00%	99,77%	3.990.720,00	130,13%	5.205.360,00
FR0011337880	FRANCE 2,25% 25/10/2022	0,00	6.800.000,00	100,00%	100,54%	6.836.680,00	113,58%	7.723.576,00
IT0001086567	BTPS 7,25 11/2026	0,00	1.800.000,00	100,00%	127,80%	2.300.400,00	149,40%	2.689.110,00
NL0000003556	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2033	0,00	2.800.000,00	100,00%	93,08%	2.606.104,87	87,41%	2.447.508,00
NL0000003564	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2034	0,00	1.000.000,00	100,00%	91,70%	917.018,51	86,62%	866.180,00
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	0,00	2.135.000,00	100,00%	96,06%	2.050.823,88	124,59%	2.660.039,20
NL0006227316	NETHERLANDS GOVERNMENT 4% 7/15/2018	0,00	120.000,00	100,00%	97,47%	116.964,00	107,31%	128.773,20
IT0005172322	BTPS 0,95% 15/03/2023	0,00	100.000,00	100,00%	101,60%	101.603,00	99,45%	99.445,00
ES00000126C0	ESTADO 1,4 01/20	0,00	350.000,00	100,00%	101,67%	355.857,89	104,33%	365.137,50
	sub-total	0,00	203.860.000,02			224.102.954,99		233.005.794,23
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
ES0200002006	ADIFAL 1.875 01/2025	0,00	5.000.000,00	100,00%	99,35%	4.967.642,80	104,51%	5.225.600,00
ES0200002014	ADIF ALTA VELOCIDAD 1,875% 22.09.2022	0,00	4.000.000,00	100,00%	103,54%	4.141.480,00	106,35%	4.254.120,00
XS0676294696	EIB 2,75% 15/09/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	109,47%	1.094.700,00	114,14%	1.141.350,00
XS0692728511	EIB2,5 10/18	0,00	4.000.000,00	100,00%	99,19%	3.967.440,00	105,39%	4.215.600,00
XS0748631164	EIB 2,625% 16/03/2020	0,00	2.500.000,00	100,00%	108,66%	2.716.530,00	109,76%	2.743.875,00
XS0832628423	EIB 2,25% 14/10/2022	0,00	3.500.000,00	100,00%	102,90%	3.601.450,00	113,65%	3.977.785,00
XS1489409679	BEI 0% 16/10/2023	0,00	4.000.000,00	100,00%	99,54%	3.981.440,00	99,47%	3.978.920,00
EU000A18Z2D4	EUROPEAN UNION 0,75% 04/04/2031	0,00	3.000.000,00	100,00%	100,14%	3.004.320,00	99,39%	2.981.610,00
EU000A1G0A16	EF5F 2,25% 05/09/2022	0,00	3.500.000,00	100,00%	101,14%	3.539.800,00	113,58%	3.975.300,00
EU000A1G0A24	EF5F 1,125% 30/11/2017	0,00	500.000,00	100,00%	100,61%	503.050,00	101,50%	507.475,00
EU000A1G0A80	EF5F 2.625 02/05/2019	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,95%	1.079.500,00	107,19%	1.071.900,00
EU000A1G0DB8	EF5F 2,35% 29/07/2044	0,00	1.000.000,00	100,00%	131,50%	1.314.980,00	124,56%	1.245.550,00
EU000A1GRVV3	CE 3,5% 04/06/2021	0,00	500.000,00	100,00%	115,21%	576.050,00	116,66%	583.275,00
EU000A1GVVF8	CE 3%04/09/26	0,00	3.000.000,00	100,00%	106,24%	3.187.113,72	125,11%	3.753.390,00
EU000A1GY6W8	EUROPEAN UNION 3,75% 04/04/2042	0,00	2.000.000,00	100,00%	161,57%	3.231.442,00	155,26%	3.105.140,00
EU000A1HBXS7	CE 2,5% 04/11/2027	0,00	2.000.000,00	100,00%	123,16%	2.463.140,00	121,10%	2.421.980,00
EU000A1ZR7H3	EUROPEAN UNION 1,375% 04/10/2029	0,00	2.850.000,00	100,00%	110,02%	3.135.570,00	108,69%	3.097.693,50
	sub-total	0,00	43.350.000,00			46.505.648,52		48.280.563,50
	2.2.1.3 - De outros emissores							
BE6285452460	ANHEUSER-BUSCH 0,875% 17.03.2022	0,00	5.034.000,00	100,00%	100,04%	5.035.991,00	102,60%	5.164.884,00
DE000A11QS88	DAIGR 1,875 08/07/24	0,00	600.000,00	100,00%	103,40%	620.400,00	109,08%	654.498,00
DE000A1ROTN7	DAIMLER_AG 1,75% 21/01/2020	0,00	1.500.000,00	100,00%	104,88%	1.573.200,00	105,14%	1.577.085,00
DE000A1R0XG3	BASF 2% 05/12/2022	0,00	600.000,00	100,00%	106,15%	636.900,00	109,88%	659.286,00
DE000A1TNJ97	DAIMLER 2% 06/21	0,00	500.000,00	100,00%	97,68%	488.400,00	108,06%	540.285,00
DE000CZ40LR5	COMMERZBANK 0,5 13/09/2023	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,22%	1.984.420,00	95,28%	1.905.500,00
DE000DB7XIB9	DEUTSCHE BANK AG 1,25% 08/09/21	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,45%	1.004.500,00	100,48%	1.004.840,00
DE000DB7XIP9	DEUT 1,125 17/03/2025	0,00	1.000.000,00	100,00%	93,20%	932.000,00	94,79%	947.890,00
ES0224244063	MAPFRE SA 5,921% 7/24/2037	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,58%	2.489.500,00	101,79%	2.544.850,00

ES0345784013	HIPO HIPO-8 A2 15/3/2038	0,00	564.898,25	100,00%	99,55%	562.377,37	96,38%	544.476,95
ES0413211071	BBVA 4% 25/02/25	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,20%	2.003.932,93	125,37%	2.507.300,00
ES0413211105	BBVA 3,50 10/20	0,00	1.200.000,00	100,00%	100,47%	1.205.694,06	112,44%	1.349.280,00
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/01/2021	0,00	12.800.000,00	100,00%	99,79%	12.773.288,00	113,37%	14.510.749,99
ES0413211782	BBVA 3,5% 05/12/2017	0,00	5.000.000,00	100,00%	99,69%	4.984.700,00	103,35%	5.167.650,00
ES0413211790	BBVA 3,875% 30/01/2023	0,00	2.500.000,00	100,00%	102,92%	2.572.919,48	120,60%	3.014.875,00
ES0413211816	BBVA 2.25% 12/06/2024	0,00	900.000,00	100,00%	111,73%	1.005.570,00	111,43%	1.002.852,00
ES0413211865	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG 0,625% 17/05/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,56%	995.550,00	101,77%	1.017.680,00
ES0413320054	DEUTSCHE BANK SA ESPAÑOLA 0,625% 25.11.2020	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,87%	1.997.460,00	101,04%	2.020.760,00
ES0413440308	BANESTO 4,75 24/01/17	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,74%	2.992.230,00	100,29%	3.008.580,00
ES0413679178	BKTSM4.125 0317	0,00	2.500.000,00	100,00%	100,52%	2.512.920,00	100,92%	2.522.950,00
ES0413790074	POPSM4,125 0418	0,00	13.600.000,00	100,00%	103,71%	14.104.231,08	105,21%	14.308.560,00
ES0413790173	POPSM4.125 0317	0,00	1.300.000,00	100,00%	100,35%	1.304.560,00	101,01%	1.313.065,00
ES0413790231	POPSM 3,75% 22/01/2019	0,00	10.200.000,00	100,00%	100,14%	10.214.271,10	107,60%	10.974.690,00
ES0413790413	B.POPULAR 0,75 29/09/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,51%	995.060,00	101,63%	1.016.300,00
ES0413790439	BANCO POPULAR ESPANOL 1,0% 3/03/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,00%	1.000.000,00	102,00%	1.020.000,00
ES0413860323	SABSN 3,375% 23/01/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,82%	1.008.200,00	103,56%	1.035.590,00
ES0413860398	SABADELL 0,875% 12.11.2021	0,00	500.000,00	100,00%	100,52%	502.600,00	102,46%	512.310,00
ES0413900087	BSCH 4% 07/04/2020	0,00	500.000,00	100,00%	107,20%	536.000,00	112,78%	563.875,00
ES0413900210	BSCH3,625 0417	0,00	2.500.000,00	100,00%	97,13%	2.428.150,00	100,97%	2.524.225,00
ES0413900327	BSCH 2,875% 30/01/2018	0,00	5.600.000,00	100,00%	98,98%	5.542.900,00	103,19%	5.778.752,00
ES0414970196	CABKSM 4,75 31/10/2018	0,00	2.100.000,00	100,00%	107,46%	2.256.660,00	108,41%	2.276.610,00
ES0414970295	CAIXAB4,25 01/17	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,70%	2.014.000,00	100,28%	2.005.600,00
ES0414970402	CAIXAB 4,625% 04/06/2019	0,00	700.000,00	100,00%	94,75%	663.250,00	110,88%	776.125,00
ES0440609040	CABKSM4 16/02/17	0,00	2.300.000,00	100,00%	99,41%	2.286.490,00	100,49%	2.311.178,00
ES0440609206	CABKSM 3% 22/03/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,14%	1.001.400,00	103,61%	1.036.050,00
ES0440609248	CABKSM 2,625% 21/03/2024	0,00	1.400.000,00	100,00%	114,81%	1.607.300,00	113,41%	1.587.698,00
ES0440609305	CAIXABANK SA 0,625 12/11/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,59%	995.890,00	101,62%	1.016.230,00
FR0010843375	BNP PARIBAS 3,375% 01/12/2017	0,00	5.000.000,00	100,00%	99,40%	4.970.000,00	100,09%	5.004.274,99
FR0010920900	ACACB 4% 16/07/2025	0,00	500.000,00	100,00%	114,42%	572.075,60	129,30%	646.485,00
FR0010945451	CRH 3,3% 23/09/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	109,65%	1.096.500,00	118,33%	1.183.280,00
FR0011001684	SOCGEN 4,25% 03/02/2023	0,00	1.700.000,00	100,00%	115,19%	1.958.163,10	124,80%	2.121.566,00
FR0011060367	ACACB3,5 06/18	0,00	1.000.000,00	100,00%	110,07%	1.100.700,00	105,50%	1.054.990,00
FR0011178946	CRH 4% 17/06/2022	0,00	2.000.000,00	100,00%	118,26%	2.365.200,00	121,47%	2.429.420,00
FR0011213453	CRH 3,6% 08/03/2024	0,00	5.000.000,00	100,00%	112,99%	5.649.415,85	123,57%	6.178.550,00
FR0011508332	ACA 1,875% 07/06/2023	0,00	1.000.000,00	100,00%	98,98%	989.750,00	110,59%	1.105.920,00
FR0011560333	SANOFI 1,875% 04/09/2020	0,00	1.300.000,00	100,00%	105,65%	1.373.450,00	106,13%	1.379.729,00
FR0011694033	FIN DES AUTO 2,95% 17/01/2024	0,00	2.600.000,00	100,00%	115,16%	2.994.244,00	115,03%	2.990.780,00
FR0011798115	PERNOD RICARD 2,0% 22/06/2020	0,00	1.500.000,00	100,00%	105,27%	1.579.050,00	106,22%	1.593.360,00
FR0012369122	CASINO 2.33 07/02/25	0,00	1.100.000,00	100,00%	100,00%	1.100.000,00	99,52%	1.094.731,00
FR0012968931	PER_RICARD 1,875 28/09/23	0,00	1.000.000,00	100,00%	103,29%	1.032.900,00	107,17%	1.071.650,00
FR0013155868	CARREFOUR 20/04/2021	0,00	1.500.000,00	100,00%	100,00%	1.500.000,00	100,71%	1.510.575,00
FR0013184702	EUTELSAT 1,125% 23/06/2021	0,00	500.000,00	100,00%	99,89%	499.470,00	102,10%	510.515,00
FR0013216918	DANONE SA 0,709% 03/11/24	0,00	5.500.000,00	100,00%	98,44%	5.413.945,00	98,80%	5.433.835,00
IT0004547409	UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,72%	2.991.725,83	120,28%	3.608.250,00
IT0004689433	UCIM5.25 04/23	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,62%	1.076.165,00	129,49%	1.294.870,00
IT0004734429	UCIM4.25 07/18	0,00	3.000.000,00	100,00%	105,60%	3.168.037,50	106,74%	3.202.050,00
IT0004760341	UCIM 5 31/10/21	0,00	3.750.000,00	100,00%	103,56%	3.883.319,50	122,54%	4.595.175,00
IT0004760655	ENI 4,875 11/10/2017	0,00	2.000.000,00	100,00%	113,46%	2.269.100,00	103,81%	2.076.220,00
IT0004762586	UCGIM VAR 30/09/2017	0,00	2.395.000,00	100,00%	100,70%	2.411.883,50	100,18%	2.399.382,98
IT0004839046	ISPI 5 27/01/2021	0,00	2.100.000,00	100,00%	112,55%	2.363.550,00	119,46%	2.508.576,00
IT0004839251	ISPI 3,25 28/04/2017	0,00	2.000.000,00	100,00%	104,25%	2.085.000,00	101,08%	2.021.640,00
IT0004846793	UCIM 4 01/18	0,00	8.000.000,00	100,00%	103,30%	8.264.210,94	104,37%	8.349.522,92
IT0004852189	ISPM 3,75% 09/2019	0,00	5.000.000,00	100,00%	103,62%	5.180.942,22	110,14%	5.507.200,00
IT0004872328	ISPI 3,625% 03/12/2022	0,00	1.400.000,00	100,00%	103,75%	1.452.535,00	118,39%	1.657.488,00
IT0004887078	UCIM 2,75% 31/01/2020	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,90%	2.018.000,00	108,14%	2.162.840,00
IT0004889421	ISPI 3,375% 24/01/2025	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,00%	990.025,00	119,58%	1.195.770,00
IT0004932619	UCIM 1,875% 31/01/2019	0,00	4.000.000,00	100,00%	101,64%	4.065.480,00	103,84%	4.153.600,00
IT0004957137	UCIM 2,625% 31/10/2020	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,68%	2.013.600,00	109,36%	2.187.280,00
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC 5% 6/4/2018	0,00	2.500.000,00	100,00%	103,96%	2.599.037,50	107,12%	2.678.100,00
XS0184373925	TITIM 5,375% 29/01/2019	0,00	6.000.000,00	100,00%	109,40%	6.563.700,00	109,86%	6.591.864,99
XS0213499410	BANK OF SCOTLAND PLC 3/16/2020	0,00	1.975.000,00	100,00%	99,14%	1.958.113,39	108,01%	2.133.268,90

XS0281902550	MERRILL LYNCH SA LUX 1/30/2017	0,00	1.200.000,00	100,00%	99,94%	1.199.320,00	99,44%	1.193.328,00
XS0284727814	GOLDMAN SACHS GROUP INC 4,5% 1/30/2017	0,00	1.000.000,00	100,00%	98,40%	983.998,95	100,05%	1.000.480,00
XS0288139610	CITIGROUP EISDA10+ 8BP 03/17	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,69%	2.492.272,84	98,07%	2.451.700,00
XS0292607701	TELSTRA CORP LTD. 4,75% 3/21/2017	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,83%	2.495.758,30	101,03%	2.525.775,00
XS0301945860	SHELL INTERNATIONAL FIN 4,625% 5/22/2017	0,00	1.050.000,00	100,00%	102,18%	1.072.904,15	101,87%	1.069.624,50
XS0303426661	ESFG INTERNATIONAL LTD 5,753% 6/6/2017	0,00	1.250.000,00	100,00%	100,00%	1.250.000,00	0,00%	0,13
XS0304458051	VODAF.5,375%	0,00	3.000.000,00	100,00%	126,62%	3.798.640,00	125,57%	3.767.220,00
XS0359388690	UBS6 04/18/18	0,00	3.000.000,00	100,00%	114,79%	3.443.700,00	107,77%	3.233.070,00
XS0365094811	FTEL 5,625% 22/05/2018	0,00	800.000,00	100,00%	118,57%	948.560,00	107,94%	863.520,00
XS0418669429	TOTAL 5,125 26/03/24	0,00	1.000.000,00	100,00%	131,90%	1.319.000,00	132,72%	1.327.160,00
XS0462999573	TEF4.693 1119	0,00	700.000,00	100,00%	108,82%	761.740,00	112,60%	788.200,00
XS0478074924	RABOBANK 4,125% 01/14/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	108,80%	3.263.944,17	112,41%	3.372.270,00
XS0479869744	VODAFONE 4,65 01/22	0,00	1.000.000,00	100,00%	122,87%	1.228.680,00	121,05%	1.210.510,00
XS0491922828	BNZ INTERNATIONAL FNDNG 4% 08/03/2017	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,55%	2.986.458,38	100,74%	3.022.200,00
XS0494953820	DTEL 4,25% 16/03/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	113,76%	1.137.550,00	113,50%	1.135.040,00
XS0499243300	CARREFOUR 4% 09/04/2020	0,00	900.000,00	100,00%	108,93%	980.370,00	112,45%	1.012.032,00
XS0500397905	FRTEL3,875% 09/04/2020	0,00	3.500.000,00	100,00%	109,73%	3.840.600,00	112,39%	3.933.790,00
XS0540187894	TELEFO 3,661 08/17	0,00	800.000,00	100,00%	92,00%	736.000,00	102,65%	821.224,00
XS0541453147	FRANCE TEL 3,375% 16/09/2022	0,00	1.100.000,00	100,00%	105,90%	1.164.900,00	117,05%	1.287.539,00
XS0592505316	MCDONALDS 4,0 17/02/2021	0,00	300.000,00	100,00%	116,41%	349.230,00	115,32%	345.945,00
XS0633025977	BP_CM 4,154% 01/06/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	112,33%	1.123.300,00	113,72%	1.137.210,00
XS0733696495	REPSOL 4,875% 19/02/2019	0,00	3.000.000,00	100,00%	112,46%	3.373.900,00	110,14%	3.304.290,00
XS0741137029	ENI SPA 4,25% 3/02/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	113,38%	1.133.800,00	112,41%	1.124.060,00
XS0742446700	EE_FINANCE 3.5 06/02/2017	0,00	1.500.000,00	100,00%	106,25%	1.593.750,00	100,33%	1.504.980,00
XS0746276335	TELEFO 4.797 21/02/18	0,00	1.500.000,00	100,00%	105,60%	1.584.000,00	105,32%	1.579.785,00
XS0747744232	BP_CM 2,994% 18/02/2019	0,00	1.000.000,00	100,00%	109,25%	1.092.500,00	106,42%	1.064.230,00
XS0752092311	KONINKLIJKE KPN 4,25% 1/03/2022	0,00	3.000.000,00	100,00%	118,84%	3.565.330,00	118,34%	3.550.140,00
XS0754588787	UCIM 4,875 0317	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,49%	2.487.125,00	100,83%	2.520.625,00
XS0758420748	HEINEKEN NV 3,5% 19/03/2024	0,00	5.000.000,00	100,00%	119,46%	5.973.100,00	119,45%	5.972.269,99
XS0767278301	TKA 4% 04/04/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	118,26%	1.182.590,00	118,03%	1.180.290,00
XS0794393396	TITIM 6,125% 14/12/2018	0,00	422.000,00	100,00%	112,65%	475.383,00	111,03%	468.529,72
XS0798555537	ENI SPA 3,75% 27/06/2019	0,00	554.000,00	100,00%	112,73%	624.524,20	109,04%	604.064,98
XS0811124790	KONINKLIJKE 3,25% 01.02.2021	0,00	2.000.000,00	100,00%	112,24%	2.244.890,00	111,74%	2.234.840,00
XS0828012863	TEF_EMISAU 5,811 05/09/17	0,00	2.500.000,00	100,00%	104,86%	2.621.500,00	104,01%	2.600.150,00
XS0830194501	TOTAL 2,125 15/03/23	0,00	400.000,00	100,00%	106,10%	424.400,00	110,60%	442.416,00
XS0831370613	REPSOL 4,375% 02/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,65%	996.540,00	104,78%	1.047.790,00
XS0842214818	TELEF 1,71% 20/01/2020	0,00	6.100.000,00	100,00%	104,60%	6.380.575,00	113,13%	6.900.686,00
XS0850057588	DTEL 2% 30/10/2019	0,00	3.100.000,00	100,00%	99,72%	3.091.196,00	105,88%	3.282.373,00
XS0866278921	CARREFOUR 1,875% 19/12/2017	0,00	300.000,00	100,00%	101,72%	305.160,00	101,89%	305.682,00
XS0868458653	TITIM 4% 21/01/2020	0,00	3.200.000,00	100,00%	102,97%	3.295.110,00	108,49%	3.471.648,00
XS0873793375	VW 2% 14/01/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,14%	991.400,00	105,00%	1.050.020,00
XS0874864860	TEF 3,987% 23/01/2023	0,00	6.500.000,00	100,00%	100,19%	6.512.669,79	117,46%	7.634.900,00
XS0875796541	DTEL 2.125% 18/01/2021	0,00	1.500.000,00	100,00%	98,20%	1.473.000,00	107,97%	1.619.580,00
XS0877622034	BMW 2,375% 24/01/2023	0,00	600.000,00	100,00%	108,08%	648.480,00	111,60%	669.588,00
XS0879082914	FERROVIAL 3,375% 30/01/2018	0,00	700.000,00	100,00%	103,52%	724.640,00	103,47%	724.311,00
XS0883560715	BASF SE 1,875% 04/02/2021	0,00	200.000,00	100,00%	98,95%	197.900,00	107,53%	215.064,00
XS0883614231	JP Morgan 2,75% 01/02/2023	0,00	500.000,00	100,00%	114,07%	570.350,00	111,94%	559.680,00
XS0905797113	RIC_BANQUE 2,875% 22/01/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	106,23%	1.062.300,00	102,97%	1.029.650,00
XS0907289978	TEF 3,961% 26/03/2021	0,00	3.000.000,00	100,00%	100,10%	3.002.900,00	114,02%	3.420.540,00
XS0909788290	VW 2% 26/03/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	97,22%	972.200,00	106,21%	1.062.050,00
XS0933604943	REPSOL 2,625% 28/05/2020	0,00	2.700.000,00	100,00%	98,93%	2.671.060,00	107,86%	2.912.220,00
XS0934042549	TEF 2,736 05/19	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,00%	1.000.000,00	106,11%	1.061.100,00
XS0934191114	CARREFOUR 1,75 22/05/2019	0,00	2.000.000,00	100,00%	104,07%	2.081.330,00	104,11%	2.082.220,00
XS0940284937	FERROVIAL 3,375% 07/06/2021	0,00	4.600.000,00	100,00%	106,61%	4.904.025,00	112,09%	5.156.186,00
XS0950055359	TKAVV 3,5 04/07/23	0,00	2.300.000,00	100,00%	115,63%	2.659.490,00	117,25%	2.696.796,00
XS0951395317	TOTAL 1.875 09/07/20	0,00	1.000.000,00	100,00%	106,56%	1.065.600,00	106,56%	1.065.620,00
XS0968316256	BMW 2% 04/09/2020	0,00	2.500.000,00	100,00%	103,46%	2.586.450,00	107,15%	2.678.775,00
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517% 17/02/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,74%	1.077.400,00	109,60%	1.096.030,00
XS0994990280	TOTAL 2,125 19/11/2021	0,00	2.000.000,00	100,00%	106,15%	2.123.000,00	109,55%	2.191.000,00
XS0996354956	ENI 2,625 22/11/2021	0,00	1.100.000,00	100,00%	99,96%	1.099.527,00	110,31%	1.213.410,00
XS0999667263	TKAHV 3,125 03/12/21	0,00	1.000.000,00	100,00%	110,70%	1.106.950,00	113,15%	1.131.450,00

XS1015212811	BMW 1,625 17/07/19	0,00	1.000.000,00	100,00%	104,73%	1.047.300,00	104,19%	1.041.860,00
XS1040506112	BPLN 2.177 09/21	0,00	3.610.000,00	100,00%	105,83%	3.820.380,00	108,88%	3.930.568,00
XS1040506898	BP 2,972 27/02/26	0,00	2.000.000,00	100,00%	112,20%	2.243.900,00	115,48%	2.309.520,00
XS1048529041	SHELL 2,5 24/03/2026	0,00	2.000.000,00	100,00%	108,31%	2.166.200,00	113,82%	2.276.380,00
XS1077584024	RYANAIR 1.875 17/06/21	0,00	1.000.000,00	100,00%	105,80%	1.058.020,00	105,39%	1.053.900,00
XS1078218218	SANDSS 3 18/06/26	0,00	1.000.000,00	100,00%	105,04%	1.050.400,00	109,28%	1.092.820,00
XS1107731702	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 10/09/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,86%	1.008.600,00	104,16%	1.041.590,00
XS1109741329	SKYLN 2.5 0926	0,00	4.500.000,00	100,00%	102,52%	4.613.550,00	107,96%	4.858.065,00
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1,526% 26/09/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	101,77%	1.017.700,00	105,34%	1.053.410,00
XS1116480697	BARCLAYS 1,5 01/04/22	0,00	7.500.000,00	100,00%	99,12%	7.433.775,00	101,27%	7.594.875,00
XS1126183760	SNAM SPA 1,5% 21.04.2023	0,00	900.000,00	100,00%	102,55%	922.950,00	104,28%	938.538,00
XS1135277140	SHELL 1,625 20/01/2027	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,04%	1.980.800,00	105,66%	2.113.280,00
XS1141969912	SKYLN 1,875 24/11/23	0,00	2.600.000,00	100,00%	100,62%	2.616.050,00	104,84%	2.725.736,00
XS1150695192	VLVY 4,85 10/03/78	0,00	900.000,00	100,00%	96,50%	868.500,00	104,42%	939.779,98
XS1180451657	ENISPA 1,5 02/02/26	0,00	1.000.000,00	100,00%	101,27%	1.012.660,00	102,22%	1.022.210,00
XS1209863254	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 26/03/25	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,37%	1.003.690,00	101,24%	1.012.370,00
XS1237271009	MCDONALD'S CORP 1,125% 26/05/2022	0,00	2.000.000,00	100,00%	102,92%	2.058.400,00	103,02%	2.060.360,00
XS1290850707	BANK OF AMERICA CORP 1,625% 14.09.2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	101,30%	1.013.000,00	104,55%	1.045.450,00
XS1292484323	SHELL 1,25% 15/03/2022	0,00	2.500.000,00	100,00%	104,89%	2.622.275,00	104,76%	2.619.100,00
XS1322048619	AMADEUS CAP MARKT 1,625% 17/11/2021	0,00	300.000,00	100,00%	99,26%	297.780,00	105,46%	316.377,00
XS1323028479	VODAFONE GROUP 0,875 17/11/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,59%	995.870,00	102,15%	1.021.500,00
XS1346872580	MONDELEZ INTERN 1,625% 20.01.2023	0,00	2.000.000,00	100,00%	105,02%	2.100.460,00	103,87%	2.077.480,00
XS1372838240	VODAFONE 1,25% 25/08/2021	0,00	100.000,00	100,00%	105,09%	105.090,00	103,72%	103.716,00
XS1372838679	VODAFONE GROUP PLC 1,75% 25.08.2023	0,00	5.500.000,00	100,00%	101,48%	5.581.185,00	105,04%	5.777.145,00
XS1375841159	IBM 0,5% 07.09.2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,34%	993.370,00	101,54%	1.015.420,00
XS1375956569	BP CAPITAL MARKETS PLC 1,373% 03.03.2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,00%	1.000.000,00	104,63%	1.046.310,00
XS1382792197	DTEL_FIN 0,625% 03.04.2023	0,00	4.500.000,00	100,00%	99,43%	4.474.165,00	100,54%	4.524.345,00
XS1403264374	MCDONALD'S CORP 1,0% 15/11/2023	0,00	2.200.000,00	100,00%	99,28%	2.184.204,00	101,21%	2.226.664,00
XS1411405662	SHELL_INTF 0,75% 12/05/2024	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,90%	998.990,00	100,62%	1.006.240,00
XS1412593185	ENI SPA 0,75% 17/05/2022	0,00	6.500.000,00	100,00%	100,28%	6.518.440,00	100,98%	6.563.960,00
ES0205032016	FERROVIAL 0,375 14/09/2022	0,00	100.000,00	100,00%	99,84%	99.838,00	97,22%	97.220,00
XS1457608013	CITI 0,75% 26/10/2023	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,63%	1.992.680,00	98,07%	1.961.420,00
XS1458408306	GOLDMAN SACHS IV 27/07/2021	0,00	1.980.000,00	100,00%	101,58%	2.011.244,40	101,65%	2.012.590,80
XS1463101680	VODAFONE 1,6% 29/07/2031	0,00	500.000,00	100,00%	99,79%	498.940,00	93,40%	466.980,00
XS1485643610	COCA COLA ENTERP 1,1% 2/09/2036	0,00	500.000,00	100,00%	91,77%	458.870,00	90,49%	452.435,00
XS1492671158	BP CM 0,83% 19/09/2024	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,00%	1.000.000,00	98,99%	989.920,00
XS1527126772	BP CM 1,117% 25/01/2024	0,00	2.400.000,00	100,00%	100,00%	2.400.000,00	101,64%	2.439.384,00
XS1527192485	HEINEKEN NV 29/01/2027	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,65%	996.500,00	100,69%	1.006.920,00
XS1527556192	ASML HOLDING NV 1,625% 28/05/2027	0,00	500.000,00	100,00%	99,68%	498.390,00	100,60%	503.010,00
XS1529838085	MS 1,00 02/12/22	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,68%	1.993.520,00	100,92%	2.018.360,00
ES0211845211	ABERTIS 5,125% 12/07/2017	0,00	450.000,00	100,00%	107,38%	483.210,00	102,31%	460.390,50
ES0211845252	ABERTIS 4,75% 25/10/2019	0,00	4.200.000,00	100,00%	109,52%	4.599.843,50	112,85%	4.739.616,00
ES0211845260	ABERTIS 3,75% 20/06/2023	0,00	2.000.000,00	100,00%	98,54%	1.970.711,36	118,46%	2.369.160,00
FR0000474983	VEOLIA ENVIRONNEMENT 5,375% 5/28/2018	0,00	1.650.000,00	100,00%	109,82%	1.812.085,00	107,61%	1.775.482,50
FR0010709451	GDF_SUEZ 6,375% 18/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	128,40%	1.284.000,00	125,44%	1.254.350,00
FR0011261924	GDF_SUEZ 3,0 1/02/2023	0,00	1.000.000,00	100,00%	115,06%	1.150.610,00	114,73%	1.147.290,00
FR0011289230	GDF_SUEZ 2,625 07/22	0,00	1.000.000,00	100,00%	112,05%	1.120.470,00	112,02%	1.120.180,00
FR0011318658	EDF 2,75 10/03/2023	0,00	1.900.000,00	100,00%	112,18%	2.131.410,00	111,62%	2.120.742,00
FR0011637586	EDF 2,25% 27/04/2021	0,00	400.000,00	100,00%	99,56%	398.244,00	108,29%	433.164,00
FR0013060209	RTE 1,625% 27.11.2025	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,55%	2.488.800,00	105,79%	2.644.625,00
IT0004794142	ENEL SPA 4,875% 20/02/2018	0,00	2.500.000,00	100,00%	105,75%	2.643.720,00	105,44%	2.636.075,00
IT0004869985	ATLANTIA 3,625% 30/11/2018	0,00	3.500.000,00	100,00%	105,44%	3.690.237,50	106,81%	3.738.245,00
XS0306644344	ENEL5.25 06/17	0,00	1.800.000,00	100,00%	108,25%	1.948.500,00	102,47%	1.844.514,00
XS0347908096	E.ON 5,528 21/02/2023	0,00	900.000,00	100,00%	126,29%	1.136.610,00	128,31%	1.154.799,00
XS0361244667	E.ON 5,75% 07/05/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	121,21%	3.636.300,00	119,22%	3.576.630,00
XS0362224841	IBERDROLA FINANZAS SAL 5,625% 5/9/2018	0,00	1.500.000,00	100,00%	100,48%	1.507.237,50	107,60%	1.613.970,00
XS0436928872	GAS NATURAL 6,375% 09/07/2019	0,00	400.000,00	100,00%	117,78%	471.120,00	115,72%	462.888,00
XS0452187916	ENEL_FIN 5% 14/09/2022	0,00	12.300.000,00	100,00%	106,56%	13.107.060,00	125,14%	15.392.127,99
XS0458749826	GASNAT 5,125% 02/11/2021	0,00	1.500.000,00	100,00%	111,32%	1.669.750,00	122,56%	1.838.340,00
XS0479541699	GASN4,125% 0118	0,00	1.500.000,00	100,00%	101,23%	1.518.400,00	104,32%	1.564.770,00

XS0479542580	GASNAT 4,5% 27/01/2020	0,00	700.000,00	100,00%	103,56%	724.900,00	113,33%	793.289,00
XS0494868630	IBERDROLA 4,125% 23/03/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,59%	1.075.900,00	112,73%	1.127.300,00
XS0542534192	ATLAN 4,375 16/09/2025	0,00	1.200.000,00	100,00%	125,10%	1.501.200,00	126,41%	1.516.860,00
XS0605214336	TERNA 4,75% 15/03/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	115,11%	1.151.100,00	118,41%	1.184.080,00
XS0627188468	GASSM5,375 05/19	0,00	2.700.000,00	100,00%	107,60%	2.905.270,00	112,63%	3.041.037,00
XS0647298883	ENEL_FIN 5% 12/07/2021	0,00	2.300.000,00	100,00%	107,58%	2.474.450,00	120,67%	2.775.456,00
XS0740810881	TVO 4,625 04/02/19	0,00	1.000.000,00	100,00%	112,98%	1.129.800,00	108,01%	1.080.140,00
XS0747771128	TERNA SPA 4.125 17/02/2017	0,00	6.000.000,00	100,00%	102,79%	6.167.590,00	100,51%	6.030.840,00
XS0767977811	IBESM4.25 10/18	0,00	5.900.000,00	100,00%	109,39%	6.454.164,00	107,44%	6.338.665,00
XS0827692269	ENEL FIN 4,875% 11/03/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	107,96%	3.238.650,00	114,77%	3.443.130,00
XS0829183614	SNAM SPA 3,875% 19/03/2018	0,00	600.000,00	100,00%	106,10%	636.600,00	104,58%	627.498,00
XS0829190585	SNAM SPA 5,25% 09/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	125,65%	1.256.500,00	126,09%	1.260.860,00
XS0829360923	GASSM 6 27/01/2020	0,00	2.500.000,00	100,00%	112,83%	2.820.850,00	117,88%	2.946.875,00
XS0834643727	ENAGAS 4,25% 05/10/2017	0,00	2.200.000,00	100,00%	103,28%	2.272.158,00	103,29%	2.272.468,00
XS0842659426	ENEL_FIN 4,875 17/04/2023	0,00	3.000.000,00	100,00%	98,93%	2.967.975,88	124,88%	3.746.460,00
XS0843300947	GASNAT CAP 4,125% 24/04/2017	0,00	1.500.000,00	100,00%	102,30%	1.534.460,00	101,30%	1.519.455,00
XS0853682069	SRGIM 3.5 13/02/2012	0,00	1.000.000,00	100,00%	101,33%	1.013.346,21	110,29%	1.102.880,00
XS0859920406	A2A SPA 4,5% 28/11/2019	0,00	500.000,00	100,00%	101,95%	509.750,00	112,52%	562.600,00
XS0875343757	GASNAT_FIN 3,875% 17/01/23	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,14%	991.390,00	118,52%	1.185.150,00
XS0876289652	REESM 3,875% 25/01/2022	0,00	300.000,00	100,00%	103,20%	309.600,00	117,26%	351.771,00
XS0879869187	IBERDROLA 3,5% 01/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	102,44%	1.024.400,00	112,90%	1.128.980,00
XS0914294979	SNAM SPA 3,375 29/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	112,52%	1.125.160,00	112,27%	1.122.740,00
XS0914400246	GASNAT_FIN 3,875% 11/04/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,72%	1.007.200,00	116,96%	1.169.550,00
XS0935803386	REESM 2.375 31/05/2019	0,00	2.500.000,00	100,00%	97,81%	2.445.150,00	105,53%	2.638.175,00
XS0940711947	Iberdrola International 2.875 11/11/2020	0,00	5.200.000,00	100,00%	99,38%	5.167.540,00	110,06%	5.723.088,99
XS0969350999	MRDGF 3,779% 11/09/2018	0,00	2.000.000,00	100,00%	103,35%	2.067.000,00	106,22%	2.124.400,00
XS0974877150	GLENOCORE 3.375 30/09/20	0,00	500.000,00	100,00%	112,54%	562.700,00	109,03%	545.125,00
XS0997484430	PEMEX 3,125 27/11/2020	0,00	4.232.000,00	100,00%	105,57%	4.467.550,00	104,04%	4.402.930,48
XS1004874621	AEMSPA 3,625 13/01/22	0,00	7.000.000,00	100,00%	115,82%	8.107.440,00	114,59%	8.021.015,84
XS1043513529	TVO 2.5 01/03/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,35%	1.003.500,00	103,11%	1.031.110,00
XS1090450047	NETGAS 2,5 28/07/21	0,00	3.000.000,00	100,00%	104,39%	3.131.780,00	107,08%	3.212.310,00
XS1188094673	NGGLN 0,75 02/22	0,00	1.000.000,00	100,00%	97,85%	978.500,00	101,38%	1.013.830,00
XS1508912646	ACEA SPA 1,0% 24/10/2026	0,00	450.000,00	100,00%	98,38%	442.696,50	94,86%	426.888,00
	sub-total		479.966.898,25			502.127.451,58		520.994.292,12
221	sub-total	0,00	727.176.898,27			772.736.055,09		802.280.649,85
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
	...							
	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0133877003	EUROVALOR PARTIC VOLUMEN-I	255.594,19	0,00		93,53	23.905.058,55	94,15	24.064.192,69
IE00B06YB805	PREFF-PAN EUR REAL ESTATE-A	17.407,32	0,00		107,45	1.870.477,45	82,05	1.428.270,21
IE00B1TQ1R92	GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	10.565,24	0,00		79,30	837.851,10	88,89	939.153,85
IE00B3D1YW09	PIMCO GLOBAL INVESTMENT GRADE CREDIT	406.828,58	0,00		12,41	5.048.310,64	12,32	5.012.128,11
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO	2.120,00	0,00		48,05	101.870,17	66,77	141.552,40
DE000A0ETSR6	DEGI GLOBAL BUSINESS	5.982,29	0,00		100,30	599.995,11	4,90	29.313,21
DE0008475070	ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	284,01	0,00		155,29	44.103,83	251,07	71.306,21
DE0008007998	DEGI INTERNATIONAL	8.374,62	0,00		51,00	427.101,47	5,42	45.390,42
IE00B9M6SJ31	ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	1.406,00	0,00		105,69	148.606,04	104,42	146.814,52
IE00B0M62Q58	ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	1.463,00	0,00		33,81	49.469,77	35,29	51.621,96
	sub-total	710.025,24	0,00			33.032.844,13		31.929.743,58
	2.2.2.4 - Outros							
	...							
222	sub-total	710.025,24	0,00			33.032.844,13		31.929.743,58
221+222	total	710.025,24	727.176.898,27			805.768.899,22		834.210.393,43
	3 - TOTAL GERAL	4.766.897,24	927.136.898,27			1 017 300 321,54		1.051.226.243,77



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Companhia de Seguros Allianz Portugal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da ALLIANZ PORTUGAL, S.A. e no mandato que nos foi conferido, vem este Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação desenvolvida e emitir o seu parecer sobre a informação e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2016, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Atuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade e os negócios da Empresa, nomeadamente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das atas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação conexa, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada às circunstâncias.

No âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com membros da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, em particular, com o Dr. Luis Ferreira.

Reuniu igualmente uma vez com os Auditores que apresentaram relatório exaustivo da sua atuação.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu também a reuniões trimestrais, tendo mantido outros contactos pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e sua participada, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio, quer na apreciação da evolução do modelo de organização da empresa, cotejando os instrumentos previsionais de gestão com a execução alcançada.

Manteve, também, durante todo o exercício, as adequadas informações por parte do Revisor Oficial de Contas.



No que mais concretamente respeita à atividade seguradora da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., verificou-se um crescimento do volume total de prémios de 12,2% face ao ano anterior. Este crescimento foi muito superior aos valores do mercado segurador que, na totalidade, contraiu 14,1% relativamente ao ano anterior.

O aumento do volume de prémios da empresa distribuiu-se pelos segmentos Vida e Não Vida na proporção de 14,4% e 10,3%, respetivamente. Em termos comparativos, ambos os ramos cresceram acima da média do sector que obteve uma quebra de 23% no segmento Vida e uma evolução positiva de 5% no segmento Não Vida.

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 3,2% em comparação com o ano anterior. O aumento no Ramo Não Vida foi de 3,1% e no ramo Vida registou-se uma redução de 2,9%.

Ao nível da margem de solvência, o rácio de cobertura do SCR atingiu, no final do ano de 2016, o valor de 126,62%. Não obstante represente uma diminuição de 24% relativamente ao ano anterior, é um rácio confortável e que já incorpora a distribuição de dividendos verificada no decurso do ano.

De salientar ainda o nível dos Capitais Próprios que totalizam 184.509.142 M €, o que constitui uma diminuição de 29.04 M€ face ao ano anterior. Tal diminuição justifica-se, sobretudo, devido à diminuição das Reservas de Reavaliação e por impostos Diferidos e Correntes, ao pagamento de dividendos e diminuição dos resultados líquidos.

3. Demonstrações Financeiras Individuais

Foram pelo Conselho analisadas devidamente as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, como acima referimos.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações

Handwritten signature and date:
14

No que mais concretamente respeita à atividade seguradora da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., verificou-se um crescimento do volume total de prémios de 12,2% face ao ano anterior. Este crescimento foi muito superior aos valores do mercado segurador que, na totalidade, contraiu 14,1% relativamente ao ano anterior.

O aumento do volume de prémios da empresa distribuiu-se pelos segmentos Vida e Não Vida na proporção de 14,4% e 10,3%, respetivamente. Em termos comparativos, ambos os ramos cresceram acima da média do sector que obteve uma quebra de 23% no segmento Vida e uma evolução positiva de 5% no segmento Não Vida.

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 3,2% em comparação com o ano anterior. O aumento no Ramo Não Vida foi de 3,1% e no ramo Vida registou-se uma redução de 2,9%.

Ao nível da margem de solvência, o rácio de cobertura do SCR atingiu, no final do ano de 2016, o valor de 126,62%. Não obstante represente uma diminuição de 24% relativamente ao ano anterior, é um rácio confortável e que já incorpora a distribuição de dividendos verificada no decurso do ano.

De salientar ainda o nível dos Capitais Próprios que totalizam 184.509.142 M €, o que constitui uma diminuição de 29.04 M€ face ao ano anterior. Tal diminuição justifica-se, sobretudo, devido à diminuição das Reservas de Reavaliação e por Impostos Diferidos e Correntes, ao pagamento de dividendos e diminuição dos resultados líquidos.

3. Demonstrações Financeiras Individuais

Foram pelo Conselho analisadas devidamente as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, como acima referimos.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações

Arick
14

consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

5. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

Avalia-se, também, de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo, continuando cada vez mais consistente o seu relacionamento com o Conselho Fiscal.

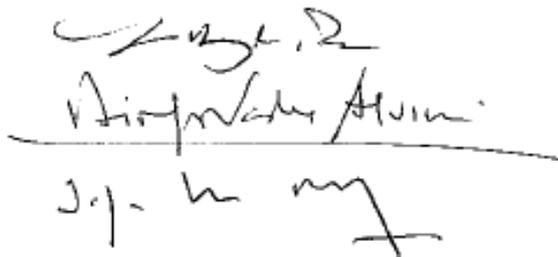
Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Lisboa, 15 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL,



António Luís Almeida



Certificação Legal das Contas
Companhia de Seguros Allianz Portugal

Certificação Legal das Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa – Portugal
Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.** (o Grupo), que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 1.240.850.037 euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas de 184.494.579 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas de 10.106.283 euros, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.L.C., S.A.
Capital Social: 3.919.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 191 079 -
Inscrito na C.R.C.C. Nº 180 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161485
Mencionada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 191 079



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)	
<p>Em 31 de Dezembro de 2016, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda totaliza 1.069.653.476 euros, conforme nota 6.1 às demonstrações financeiras.</p>	
<p>O risco</p> <p>Os activos financeiros disponíveis para venda representam cerca de 86% do activo consolidado do Grupo a 31 de Dezembro de 2016.</p> <p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor conforme detalhado na referida nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>O justo valor para maioria dos activos que compõem a respectiva carteira de investimentos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 6.1 às demonstrações financeiras o justo valor dos activos depende de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado, entre outros.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>Os procedimentos de auditoria, entre outros, foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pelo Grupo ao nível da mensuração da sua carteira de investimentos. • Teste à valorização da carteira de investimentos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo. • Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade. • Avaliação das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



<p>Provisão para sinistros – Ramos Reais</p> <p>Em 31 de Dezembro de 2016, a Provisão para sinistros (Ramos Reais), no valor de 274.674.732 euros, representa cerca de 26% do Passivo consolidado à mesma data. Deste montante, 106.196.405 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4.1 às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.</p>	
<p>(i) Provisão para sinistros – Ramos Reais (Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho - Outros custos)</p>	
<p>O risco</p> <p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte da Administração do Grupo, conforme mencionado na nota 3.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, o Grupo calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. Foi também avaliada para um conjunto de controlos-chave a sua eficácia.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, nomeadamente e para as principais linhas de negócio de Ramos Reais, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>) na estimativa do valor da provisão para sinistros, com o apoio dos nossos especialistas.</p> <p>Para as restantes linhas de negócio de Ramos Reais, avaliamos a metodologia e os pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros e realizámos uma análise de tendência com o objectivo de identificar inconsistência com períodos anteriores, com o apoio dos nossos especialistas.</p>
<p>(ii) Provisão para sinistros – Ramos Reais (Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho)</p>	
<p>O risco</p> <p>A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. Foi também avaliada para</p>

 3



<p>requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento, conforme mencionado na nota 3.</p>	<p>um conjunto de controlos-chave a sua eficácia.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes por amostragem, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.</p>
<p>Provisões técnicas (Ramo Vida) e responsabilidades relativas a contratos de investimento</p> <p>Em 31 de Dezembro de 2016, as Provisões Técnicas – Ramo Vida e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, ascendem a 234.143.571 euros e 363.879.221 euros, respectivamente, e representam, cerca de 22% e 34% respectivamente, do Passivo à mesma data.</p>	
<p>O risco</p> <p>O Grupo procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.</p> <p>Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento, conforme mencionado na nota 3.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento técnico. Foi também avaliada para um conjunto de controlos-chave a sua eficácia.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos, com apoio dos nossos especialistas.</p> <p>Procedemos também à análise da movimentação ocorrida no período findo em 31 de Dezembro de 2016 das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adoptados pelo Grupo, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado, com o apoio dos nossos especialistas.</p>



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 26 de Março de 2009 para um mandato compreendido entre 2009 e 2011. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 24 de Março de 2015 para um terceiro mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 13 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Realização do trabalho conducente à Emissão do Relatório de conclusões factuais do Revisor Oficial de Contas nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno.

Lisboa, 13 de Março de 2017

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

www.allianz.pt

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
R. Andrade Corvo, 32
1069-014 Lisboa
Telefone: +351 213 165 300
Telefax: +351 213 165 570
e-mail: info@allianz.pt
Capital Social €39.545.400
CRC Lisboa 2977
Pessoa Coletiva 500 069 514

Allianz 